

Rafael da Silveira Gomes

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO INFORTÚNIO:
acidentes incapacitantes na construção civil**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Minayo Gomez

Rio de Janeiro
2003

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores da construção civil que participaram desta dissertação e mostraram que o acidente lhes tirou muito, mas a dignidade e a coragem mantiveram-se intactas.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação contou com a participação e contribuição de muitas pessoas que me acompanharam e me ajudaram neste período, auxiliando sua construção.

Agradeço a Fran, companheira de todas as horas, pelas sugestões e paciência. Aos meus pais e a meus familiares (e àqueles que se tornaram parentes durante o percurso) pelo apoio e suporte. Ao prof. Dr. Carlos Minayo-Gomez pelas ricas orientações, mas principalmente pelo acolhimento nos momentos de angústia. A toda equipe do CESTEJ pelos conhecimentos e sonhos compartilhados.

Agradeço a todos aqueles que me auxiliaram na realização da dissertação: as Assistentes Sociais do Hospital Municipal Lourenço Jorge, com as quais compartilhei minhas expectativas e tardes intermináveis à “espera” de um acidente; ao escritório de advocacia, principalmente ao Rodolfo, que mostram que a luta vale a pena; e aos funcionários do INSS de Irajá pela receptividade e disponibilidade.

RESUMO

A construção civil é um setor da indústria nacional historicamente marcado pelos altos índices de acidentes de trabalho, sendo uma grande parcela composta por acidentes graves (fatais e incapacitantes). Estes acidentes quando não interrompem a vida do trabalhador deixam seqüelas permanentes que transformam profundamente suas existências e a de seus familiares. Essa situação agravou-se diante do processo de precarização pelo qual as condições de trabalho do setor vêm passando nas últimas décadas. O presente estudo enfocou tanto os acidentes incapacitantes permanentes totais - aqueles cujas seqüelas impedem o exercício de qualquer atividade laborativa - quanto os parciais, cujos efeitos exigem um maior esforço para a execução da mesma atividade desempenhada antes do acidente ou impossibilitam sua realização. Foram entrevistados seis trabalhadores que sofreram acidentes incapacitantes na construção civil no município do Rio de Janeiro. As entrevistas basearam-se nas histórias de vida dos trabalhadores com objetivo de coletar os dados sobre os acidentes contextualizados nas diferentes trajetórias. Os acidentes foram analisados não apenas a partir das condições de trabalho (ambiente, organização e segurança), mas também a partir das condições e histórias de vida de suas vítimas, posto que estão intrinsecamente ligadas ao evento. A infância pobre, a migração, o ingresso na construção civil, o acidente e seus desdobramentos são questões que se relacionam em maior ou menor grau. O acidente é entendido como um acontecimento instantâneo, porém histórico, dinâmico e múltiplo, que vai sendo construído pelo engendramento de diversas determinações e sobredeterminações que, num dado momento, mediante uma conformação específica de forças, ocorre. Discuti-se ainda as análises causais de acidentes assim como a postura Estatal em relação ao assunto.

Palavras-chave: Acidentes de trabalho – Construção Civil – Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

The civil construction is a sector of the national industry marked by the high rates of work accidents, being a great parcel composed of serious accidents (it causes death or disability). Those accidents, when they do not interrupt the worker's life leave permanent sequels that transform deeply his existences and families. This situation ahead has aggravated with the increasingly precarious labor conditions of the sector. This study focused the disabilities accidents for those that caused permanent disability or any kind that can interrupt or particularly make harder their skill in their jobs. This research was made by the interview of six workers, who had suffered disabilities accidents in the civil construction in Rio de Janeiro city. The interviews had been based on Worker's histories of life with the objective to collect the data of the accidents in different trajectories. The accidents had been analyzed not only from the conditions of work (workplace, organization and security), but also from victim's life, their conditions and histories are related to them. The poor infancy, the migration, the ingression in the civil construction, the accident and its unfoldings questions that are related in diferents levels. The accident is understood as an instantaneous event, however historical, dynamic and multiple that has being constructed by the combination of diverse elements in a specific conformation of forces. The causal analysis of accidents as well as the State position in relation to the subject were still argued.

Keywords: Work accidents - Civil construction – Worker's health.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CONHECENDO O CENÁRIO: a construção civil e os acidentes de trabalho.....	9
A construção civil no Brasil.....	9
Do artesão ao peão de obra: transformações e desqualificação do trabalho.....	9
O acidente de trabalho: produzindo sentidos.....	14
Sentidos do acidente de trabalho no Brasil	21
O PERCURSO DO ESTUDO	24
Dando voz aos silentes.....	24
Seguindo os passos dos acidentados.....	25
As entrevistas	32
TRAJETÓRIAS DE VIDAS E ACIDENTES.....	35
Vida Severina: jornada por uma vida melhor.....	36
Primeira Parada: a Construção Civil.....	40
No vento Sem lenço nem documento.....	44
Quanto é que vale um peão?.....	47
Os Acidentes anunciados.....	50
A vida pós-acidente.....	58
Marcas no corpo, cicatrizes na alma.....	68
A produção social do infortúnio.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

INTRODUÇÃO

A construção civil é um ramo da indústria nacional em que é possível observar com clareza como as mudanças no mundo do trabalho têm atingido os países capitalistas periféricos nas últimas décadas. A sobreposição de práticas de precarização às frágeis condições de trabalho existentes é a característica mais gritante das transformações recentes nesse setor marcado pelo grande número de acidentes de trabalho graves (incapacitantes e fatais). A pauperização crescente, a desregulamentação dos vínculos, dos direitos sociais, o aumento do desemprego e do subemprego têm indicado um processo de vulnerabilização da mão-de-obra do setor.

Essa conformação social repercute de forma negativa na saúde da população trabalhadora, formal ou informal. Noriega (1993) aponta como a intensificação das exigências e pressões da organização do trabalho, associadas à perda de direitos e a fragilização dos vínculos empregatícios têm contribuído para o aumento de doenças relacionadas à atividade laboral. Além disso, temos um aumento da violência no trabalho, retratada pelo enorme número de acidentes, resultantes das condições do ambiente, da negligência do empregador no que se refere aos equipamentos de proteção e da utilização de mão-de-obra não qualificada para a execução de alguns serviços (Minayo-Gomez e Therdim-Costa, 1999).

Conforme Noriega (1993), as transformações do trabalho na América Latina alteraram o tênue equilíbrio entre os benefícios oferecidos aos trabalhadores e as insalubres condições de trabalho.

“Em termos gerais, os elementos que caracterizam as novas formas de exploração da maioria dos trabalhadores latino-americanos é a ruptura de suas condições de ‘precariedade controlada’; isto é, havia na América Latina, nas décadas anteriores à de oitenta, um certo ‘equilíbrio’, por um lado, em salário, certas condições de proteção via contratos ou convenções coletivas e formas de organização do trabalho geralmente não muito restritas e, por outro, condições de trabalho insalubres e inseguras, equipes e máquinas deficientes e obsoletas e baixa produtividade... Na atualidade esse equilíbrio foi perdido, parcialmente em muitos espaços de trabalho e completamente em outros” (p.168-9, tradução nossa).

Na interface entre as recentes metamorfoses do mundo do trabalho e as tradicionais condições deste setor, objetivamos estudar como se dá a produção dos acidentes incapacitantes permanentes na construção civil no município do Rio de Janeiro. Nossa análise enfocou tanto os acidentes incapacitantes permanentes totais - aqueles cujas seqüelas impedem o exercício de qualquer atividade laborativa - quanto os parciais, cujos efeitos exigem um maior esforço para a execução da mesma atividade desempenhada na época do acidente, ou a impossibilita (INSS, 2002).

O estudo destes acidentes faz-se necessário por três importantes razões: 1) sua *ruptura* na trajetória destes sujeitos, visto que desencadeiam uma mudança profunda em suas vidas; 2) sua *irreversibilidade*, pois deixam seqüelas que serão carregadas por suas vítimas pelo resto de suas vidas, tanto físicas quanto psíquicas; 3) sua *abrangência*, já que não atingem apenas os acidentados, mas também suas famílias, que muitas vezes têm neles seu amparo financeiro. Pesquisas sobre o tema tornam-se cada vez mais urgentes visto os pontos apresentados e a realidade da construção civil.

No primeiro capítulo (Conhecendo o cenário: a construção civil e os acidentes de trabalho) apresenta-se um breve histórico do setor no Brasil focando, principalmente, as transformações na conformação da mão-de-obra e as diferentes considerações acerca dos acidentes de trabalho tanto no âmbito teórico-acadêmico quanto no âmbito legislativo.

No segundo capítulo (O percurso do estudo) expõe-se a metodologia utilizada para a obtenção dos dados da pesquisa e o desenvolvimento do trabalho de campo. Neste capítulo são relatadas as dificuldades encontradas nessa fase da pesquisa e as formas utilizadas para contorná-las.

No terceiro capítulo (Trajetórias de vidas e acidentes) apresentam-se os dados obtidos e a discussão relativa ao tema. Os dados foram analisados a partir de categorias amplas que buscaram delinear as trajetórias de vida dos entrevistados antes e após a ocorrência do acidente. O acidente incapacitante é exposto contextualizado em meio a estas histórias.

Finalmente, são tecidas algumas considerações sobre a produção dos acidentes de trabalho na construção civil e em relação ao papel do Estado nos assuntos referentes a essa questão.

CONHECENDO O CENÁRIO: *a construção civil e os acidentes de trabalho.*

A construção civil no Brasil

As transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas têm atingido profundamente a construção civil. A modernização do setor, com a inclusão de novos conhecimentos técnicos e de maquinário, modificou sobremaneira os seus processos de trabalho. Substituiu-se, cada vez em maior escala, o que restou do caráter artesanal da profissão em prol de uma industrialização, reduzindo o “artesão” à condição de “operário” da construção civil (Flohic, 1987).

Nas formas artesanais de trabalho, o “artesão pedreiro” dominava todas as fases do processo de produção, exercia um trabalho qualificado. Possuía um saber desejado pelo capital, um domínio da arte e de seus segredos, que o permitia ditar seu ritmo e conduzir a construção desde a concepção até a execução. Nesse sentido, cada construção tinha um caráter de obra de arte, era um produto único. Com as recentes mudanças técnicas e tecnológicas, resultantes da industrialização do setor, introduziu-se a produção em escala na qual a quantidade e padronização suplantam a qualidade e a diversidade das construções (Minayo, 1987). No lugar do artesão, passou a trabalhar um operário que não possui um domínio da arte e de todas as fases do processo. A idéia de que a construção civil ainda mantém as características artesanais deve-se ao fato de grande parte das tarefas do setor serem realizadas de forma manual e com ferramentas manuais (Vargas, 1981).

A categoria “operário da construção civil”, tal como a conhecemos nos dias atuais, começou a delinear-se nos fins do século XIX e sua constituição deu-se lentamente de acordo com as diversas transformações sociais, econômicas e tecnológicas pelas quais o Brasil passou desde o seu descobrimento (Valladares et al, 1981). É de fundamental importância refazer esse percurso histórico para entender as características atuais do setor e seus altos índices de acidente.

Do artesão ao peão de obra: transformações e desqualificação do trabalho

Segundo Vargas (apud Barros, 1996) a história da construção civil no Brasil divide-se em três estágios de desenvolvimento tecnológico, que devem ser considerados quando se analisam as transformações de sua força de trabalho. O primeiro, de 1500 ao início do século XIX, limitava-se à incorporação de técnicas estrangeiras à realidade local. O segundo, compreende o intervalo entre a criação das escolas militares e de engenharia, fato ocorrido após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, e o final da

década de 1930, em que se começam a utilizar métodos e teorias científicas no setor. E um terceiro, entre os últimos anos da década de 1930, quando surgiram os institutos de pesquisa tecnológica, que se estende até os dias atuais.

No primeiro estágio, existiam duas situações distintas: a construção de moradias, que adotava técnicas primitivas, tinha arquitetura padronizada e utilizava tanto mão-de-obra escrava quanto assalariada; e a edificação de obras que exigiam técnicas mais sofisticadas, como chafarizes, igrejas, palácios e conventos. Para a realização das últimas empregavam-se trabalhadores mais qualificados, assalariados e detentores de técnicas estrangeiras (Ferreira apud Valladares et al., 1981). As edificações eram traçadas por mestres portugueses, por militares oficiais de engenharia ou, ainda, por padres com conhecimentos de arquitetura para a construção de mosteiros e igrejas (Barros, 1996). É a partir dessa segunda situação que começam a surgir os ofícios da construção civil.

Segundo Cunha (apud Valladares et al., 1981), as primeiras atividades ligadas à construção civil iniciaram-se nas fazendas de açúcar, nos colégios jesuítas, na mineração, nos arsenais da marinha e no artesanato urbano. Eram desenvolvidas, sobretudo, por uma mão-de-obra assalariada. A remuneração desse ofício, numa sociedade escravocrata, demonstra a importância que lhe era conferida.

Com o crescimento das cidades coloniais, as ocupações da construção civil se diversificaram. Além de se multiplicar, começaram a se estruturar em corporações de ofícios, uma herança do artesanato urbano português. Apesar das modificações que sofreram, no Brasil, mantiveram-se dominantes como organizações dos diversos profissionais ligados à construção civil até 1824, quando foram extintas pela Constituição.

Tais corporações possuíam uma estrutura interna rígida. As diversas “tendas” eram regidas por mestres de ofício e formadas por oficiais assalariados e aprendizes, que trabalhavam em troca dos ensinamentos. O aprendiz tornava-se oficial após a constatação do responsável pela tenda de que estava apto para desempenhar a função. Para se transformarem em mestres, deveriam obter experiência trabalhando para outros mestres durante um período mínimo, definido pela corporação, a partir do qual poderiam requerer um exame para galgar um novo posto na hierarquia. Esse exame era prestado perante um juiz de ofício e um escrivão e o candidato deveria executar obras previamente estipuladas.

As corporações incentivaram a formação de uma categoria de trabalhadores extremamente qualificados, devido à sua rígida hierarquia e às exigências para a

ascensão profissional. A irmandade de São José, do Rio de Janeiro, estipulava que um aprendiz deveria manter-se nesta posição por quatro anos antes de ser promovido a oficial. A partir deste momento, passava-se a uma segunda etapa de formação, na qual trabalharia como assalariado em outras tendas, até julgar-se mestre no seu ofício e pedir para ser examinado pela “mesa da irmandade”, composta por juizes. Caso não fosse aprovado, só poderia voltar a fazer o exame após seis meses. A passagem de mestre para juiz também era submetida à “mesa da irmandade” (Valladares et al, 1981).

A partir do Século XIX, inicia-se o segundo estágio de desenvolvimento da construção civil. A expansão cafeeira, o início da industrialização no Brasil e a substituição da mão-de-obra escrava por assalariada, sobretudo por imigrantes europeus, desencadearam um processo que resultou no aumento significativo do número de cidades e de concentrações urbanas. Em decorrência, gerou-se uma demanda por obras de infra-estrutura para o escoamento da produção, além da procura por moradias (Farah apud Barros, 1996).

Três setores da construção civil sofreram fortes alterações: o de edificações, cujas técnicas e materiais tiveram de ser modernizadas diante de uma clientela mais exigente; o de infra-estrutura urbana, que deveria responder ao aumento das populações citadinas; e o de construção pesada, responsável por dar respostas à nova realidade econômica do país. A expansão cafeeira exigia o transporte de grandes cargas, o que levou à ampliação da malha ferroviária e à edificação de pontes e barragens, assim como à construção de portos para a exportação da produção (Athayde, 1996).

As novas exigências foram acompanhadas por metamorfoses também na composição da força de trabalho. As novas construções requeriam um grande contingente de trabalhadores e não mais podiam ser realizadas por pequenas organizações. Por essa razão, recorreu-se, principalmente, a empresas internacionais, que utilizavam novas tecnologias e equipamentos, mas não absorveram a mão-de-obra tradicional do setor. Isso fez com que o Estado, pela primeira vez, investisse na formação de profissionais, criando - em nível técnico - os Liceus de Artes e Ofícios e - em nível superior - as escolas de engenharia na tentativa de suprir a demanda de profissionais (Valladares et al, 1981).

Foi com a construção das ferrovias que as maiores transformações na classe trabalhadora do setor ocorreram. Pode-se afirmar que neste contexto surgiu a categoria operária da construção civil, formada apenas por homens livres (visto que era proibida a utilização de escravos) e, sobretudo, por imigrantes. No início do século XX, o operariado da construção civil caracterizava-se por constituir-se majoritariamente de

profissionais estrangeiros, com elevado padrão cultural, boas condições de trabalho e remuneração, além de forte organização política. Essas características contrastam com a situação atual dos trabalhadores do setor e que começou a configurar-se a partir do final década de 1930.

Nesse período de grandes transformações em toda a sociedade brasileira iniciou-se o terceiro estágio do desenvolvimento do setor. Com a industrialização, algumas regiões sofreram um forte processo de urbanização, que demandou a construção de edifícios e a introdução de significativas inovações no setor. Após 1945, o setor imobiliário teve seu primeiro grande momento, predominando em relação à construção pesada. No governo de Juscelino Kubitschek, essa tendência se inverteu com um investimento maciço do Estado na construção pesada, em obras de infra-estrutura, para possibilitar o processo de industrialização proposto. Estes investimentos continuaram durante os períodos dos governos militares em projetos de transporte, energia, siderurgia e mineração. Somente no fim da década de 1960, o setor de edificações habitacionais, que estava praticamente paralisado, recebeu um novo impulso com a criação do Banco Nacional de Habitação (Barros, 1996).

Simultaneamente às transformações técnicas, tecnológicas e de mercado, ocorreram profundas mudanças na constituição da força de trabalho. A elevação dos investimentos desencadeou um aumento significativo da mão-de-obra, tornando-se um importante pólo gerador de empregos no país (Pinto, 1996). Segundo Werneck (apud Valadares et al., 1981), o setor, que possuía 263.000 trabalhadores em 1940, saltou para 1.934.000 trabalhadores em 1973. Nesse contexto, aos operários do período anterior – destacados pelo padrão cultural, pelas condições de trabalho e salariais e pela forte organização política – veio somar-se uma massa de trabalhadores oriunda das regiões mais pobres do país, com pouca, ou nenhuma, escolaridade e sem formação profissional.

Como podemos notar, essa modificação do artesão em operário não ocorreu de forma linear, nem atingiu homoganeamente todos os trabalhadores da construção civil. A realidade atual da categoria aponta para a coexistência, num mesmo tempo e espaço, de uma massa de operários desqualificados com um pequeno contingente de “operários artesões”. Esses, ainda que realizem apenas uma fração menor do trabalho, possuem grande habilidade e conhecimento para desempenhá-la. Esta nova configuração é resultante da diversidade de formas de trabalhar deste setor da indústria, marcado pela complexidade e riqueza de seus processos de trabalho.

Tal conformação desencadeou uma série de transformações nas condições de vida e de trabalho dessa categoria. A substituição de um profissional que possuía um saber-fazer por um operário que executa tarefas ditadas pela empresa possibilitou absorver um grande contingente de operários sem experiência (migrantes, jovens, pessoas provenientes do meio rural, etc.), tendo resultado no aumento da oferta de mão-de-obra. Essa ampliação veio acompanhada de um processo de superexploração desses trabalhadores, que por não possuírem qualificação eram facilmente substituídos, refletindo negativamente nas condições de vida e trabalho, assim como nos altos índices de acidentes do setor.

Um dos fatores que tem contribuído para a manutenção desse quadro e agravado a exploração desses trabalhadores é o processo de terceirização da mão-de-obra, que vem se expandindo de forma acentuada. Essa prática, que já era comum devido a algumas das características do processo de trabalho, alcançou outra dimensão, justificada pelas “novas exigências do mercado”. A terceirização disseminou-se pelo mundo empresarial como forma de garantir qualidade, produtividade e competitividade. Baseadas na idéia de horizontalização da produção, as indústrias passaram a contratar empresas “terceiras” especializadas, para execução de determinados serviços e/ou produtos.

Na construção civil, dada a diversidade de tarefas e de fases - fundação, estrutura, acabamento - a contratação de firmas e de funcionários especializados para sua execução era uma prática corriqueira. Atualmente, no entanto, essa estratégia de terceirização vem sendo utilizada como uma forma de redução de custos, que tem ocasionado algumas transformações nas relações trabalhistas – através de uma multiplicidade de vínculos empregatícios - e a deterioração das condições de trabalho. Os desdobramentos desse aumento extensivo da terceirização na construção civil são preocupantes, entre outros motivos, por suas conseqüências negativas para a saúde dos trabalhadores. Como observam Paixão e Figueiredo (1997, p.21):

“O recrudescimento de estratégias de subcontratação, embutidas nos processos de terceirização, visam não somente repassar custos e etapas do processo produtivo, mas também os riscos, ‘desfuncionamentos’ e possíveis efeitos deletérios inerentes a um modo degradado de produção.”

Em suma, as transformações políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas reestruturaram as relações no mundo do trabalho. Provocaram a perda de conquistas dos trabalhadores, a diminuição dos salários, a flexibilização dos

contratos de trabalho, o desamparo social, sem que tenham sido modificadas as condições já precárias de trabalho. Com isso, cresce neste ramo uma massa de trabalhadores vulnerabilizados, contingente que já atinge cerca de 50% dos operários do setor (Minayo-Gomez e Thedim-Costa, 2001).

As péssimas condições de trabalho vêm potencializadas pela conjunção de diversos fatores tais como: os ambientes insalubres; a alta periculosidade das tarefas realizadas; os riscos negligenciados; a inexistência, ou quase inexistência, de políticas de segurança do trabalho; a utilização de mão-de-obra inexperiente ou com pouca experiência e uma cultura empresarial que visa lucro imediato e elevado. Esse cenário fez com que a construção civil alcançasse a posição de setor com maior número de acidentes em 1994, levando o Ministério do Trabalho a criar uma Norma Reguladora específica (NR 18) para tentar conter o número de acidentes, norma que, se minimamente cumprida, alcançaria seu intuito (Minayo-Gomez, 2000).

Não obstante, segundo dados do Ministério do Trabalho, entre 1995 e 1997, ocorreram 1079 mortes e 3461 acidentes incapacitantes permanentes (totais e parciais) neste ramo da produção. Informações mais recentes da Previdência Social mostram que em todo o território nacional, no biênio 1999/2000, 2312 trabalhadores da construção civil sofreram acidentes que resultaram em incapacidade permanente e 511 morreram. Apenas no Estado do Rio de Janeiro, esses valores são de 176 e 46, respectivamente. Estes números mostram que o alto índice de acidentes na construção civil não é só um dado histórico, de um fato superado, mas constitui uma realidade presente das condições de trabalho às quais os operários são submetidos. É importante ressaltar que, além da reconhecida subnotificação, estes números referem-se apenas aos trabalhadores inseridos no mercado formal.

Aproximando-nos da realidade do Rio de Janeiro, dados do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro (Sintraconst-RJ) indicam que, no período entre 1997 e 2000, ocorreram 45 acidentes fatais com trabalhadores dessa categoria. No ano de 2001, o número de óbitos por acidentes ultrapassou a média dos últimos quatro anos, atingindo 24 trabalhadores.

O acidente de trabalho: produzindo sentidos

“A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade,

sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (Foucault).

Nos dicionários da Língua Portuguesa o vocábulo acidente, do latim *accidente*, possui como significados: “1. Acontecimento casual, fortuito, imprevisto[...] 2. acontecimento infeliz, casual ou não, e de que resulta ferimento, dano, estrago, prejuízo, avaria, ruína, etc.; desastres [...]” (Ferreira, 1986, p.31). Ou seja, o acidente é tomado como uma infelicidade, um azar, um acontecimento sem qualquer relação com a vontade humana.

No entanto, este mesmo dicionário conceitua o acidente de trabalho a partir de sua definição jurídica, a qual seria:

“Toda lesão corporal ou perturbação funcional que, no exercício ou por motivo do trabalho, resultar de causa externa, súbita, imprevista ou fortuita, determinando a morte do empregado ou a sua incapacidade para o trabalho, total ou parcial, permanente ou temporária” (Ferreira, 1986, p.31).

O que levou o acidente de trabalho - antes desconsiderado, pouco estudado, entendido como infortúnio aquém do controle humano – a sofrer tamanha alteração em seu entendimento?

Independente da concepção de trabalho utilizada é impossível pensá-lo sem a possibilidade da ocorrência de acidentes. O que se transformou, na realidade do trabalho, foram as verdades acerca do tema produzidas ao longo da história, sua importância e dimensão. Verdades que sempre foram construídas a partir do engendramento das forças sociais presentes em cada momento histórico.

Apesar de estarem presentes, a percepção dos acidentes até a época da revolução industrial era completamente diferente. Conforme nos mostra Dwyer (1991), o médico Paracelsus afirmava em relação aos acidentes de trabalho que os trabalhadores eram simplesmente devorados pelos demônios. O silêncio que rondava o assunto é

explicado pela visão de sofrimento compartilhada socialmente, segundo a qual: “se você sofre, se você está doente, se você cai, é porque você tem pecado” (Ricoeur apud Dwyer, 1991, p. 13).¹

Essas concepções místicas sempre colocaram os acidentes de trabalho e as doenças como algo transcendente à vontade dos homens. Assim, durante um longo período, não obstante as ocorrências corriqueiras eles eram pouco explorados. Como afirma Lieber (1998, p.60):

“O fato do acidente de trabalho ter sido relatado como um evento comum entre escravos aprisionados nas minas de ouro egípcias ou ter sido alvo de atenção de Ramazzini ou Agricola na idade média não implica que estes percebessem uma necessidade de conjecturar causalidade [...]”

O primeiro registro relativo a estatísticas vitais de que se tem notícia, datado de 1603, foi realizado na Inglaterra e, apesar de apontar os acidentes de trabalho como a principal causa de mortes violentas, esse dado alarmante não suscitou nenhuma discussão específica sobre o tema (Bernstein apud Lieber, 1998).

A inflexão conceitual do acidente de trabalho começou a esboçar-se a partir do surgimento do modo capitalista de produção, quando sua ocorrência passou a ser encarada como um problema a ser combatido. Mais do que o aumento dos casos, ou da sua gravidade, visto que as seqüelas passam a ser cada vez mais graves, os acidentes de trabalho sofreram também uma metamorfose quanto ao seu caráter. Com a perda do controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores, não se trabalhava mais para si próprio ou para a família, mas para um terceiro que passou a intermediar a relação entre a produção e o trabalho.

Com o advento do capitalismo, os demônios de Paracelsus que devoravam os trabalhadores, passaram a ser a indústria e as máquinas. Os demônios passaram a ter donos, e os pecados de Ricoeur muitas vezes eram pagos pelos erros ou exigências desses. Assim, o acidente não podia mais ser pensado como um acontecimento transcendente, como um infortúnio casual e alheio aos homens. Essa condição fez com que começassem a surgir lutas visando sua diminuição e a mudar as concepções acerca desses acontecimentos.

Em meio a esse embate entre movimentos dos trabalhadores e capitalistas, os acidentes de trabalho saíram do limbo em que permaneciam e tornaram-se objetos de produção teórica. Conforme Machado e Minayo-Gomez (1995), essas primeiras teorias

¹ Tradução nossa.

tinham um caráter predominantemente jurídico. Nelas, cabia ao Estado o papel de mediador das questões referentes às relações de trabalho, em geral, e aos interesses das classes trabalhadoras.

Em 1884, na Alemanha sob o comando de Bismarck, o Estado abandona o papel exclusivo de legislador e passa a gerir o seguro social, que compensava as vítimas de acidentes de trabalho. Baseada na noção de “risco social”, esta intervenção estatal cumpriu um importante papel no apaziguamento dos conflitos entre patrões e empregados, posto que garantia direitos aos trabalhadores e familiares, além de reduzir sua visibilidade a partir da diminuição de batalhas judiciais pela compensação de suas conseqüências (Dwyer, 1991).

A adoção da teoria do risco social diminuiu a responsabilidade jurídica e financeira dos empregadores diante de acidentes de trabalho. Segundo essa teoria, os produtos e serviços resultantes dos processos de produção capitalistas são consumidos e usufruídos pela sociedade como um todo, logo

“[...] os seus efeitos positivos e negativos devem ser compartilhados pela própria sociedade. A responsabilidade é atribuída à sociedade e, portanto ela é obrigada a arcar com os ônus derivados dos infortúnios ocorridos no trabalho”
(Machado e Minayo-Gomez, 1995, p.119).

Nesse contexto, surgiram também as primeiras considerações técnicas e tecnológicas sobre segurança no trabalho. A ciência, responsável direta pelo regime de verdade da sociedade capitalista, passou então a intermediar a relação conflituosa entre empregadores e empregados e a determinar, a partir de seus métodos “neutros”, o que é ou não seguro para o trabalhador. Diante disso, todos os seus conhecimentos e julgamentos sobre a periculosidade do trabalho foram desqualificados e a discussão saiu da esfera social para o campo técnico-científico, ocultando os interesses políticos e econômicos presentes nessa posição.

Essa “gestão científica” do acidente, que se mantinha atrelada à noção jurídica de responsabilidade civil, produziu uma série de teorias, cuja principal preocupação era encontrar o culpado pelo ocorrido (Machado e Minayo-Gomez, 1995). A busca pela culpa acabou por vinculá-lo fortemente à noção de causalidade.

Foram produzidas diversas teorias que vão desde as mais simples, unicasais, em que o acidente é resultado de um fator único; às mais abrangentes, baseadas em análises multicasais, apoiadas em metodologias das mais variáveis, a partir das quais se apreendem os diversos fatores que determinaram ou *causaram* o acidente de trabalho.

A primeira perspectiva tecnológica sobre causalidade de acidentes de trabalho foi proposta em 1889 por Dollfus para intervir nas indústrias têxteis em Mulhouse. Dollfus propunha uma intervenção no ambiente de trabalho como forma de interferir na causalidade dos acidentes. Nesse sentido, era no ambiente que se localizavam os determinantes de sua ocorrência. Com o advento da administração científica do trabalho, que possuía na disciplina uma de suas principais características, o foco das análises de acidentes foi transposto do trabalho para o trabalhador (Lieber, 1998).

Tal tendência foi ratificada em 1928, na 12ª Conferência Internacional do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na qual se afirmou que:

"A experiência adquirida em estudos na empresas tem demonstrado que a frequência e gravidade dos acidentes não dependem somente dos perigos inerentes ao gênero de trabalho, da natureza das instalações e das diversas máquinas utilizadas, mas sim de fatores físicos, fisiológicos e psicológicos..." (OIT: 1928 apud Lieber, 1998, p.70).

Assim, ainda que a atividade apresente perigos inerentes, estes são atribuídos ao trabalhador. Dessa maneira, a ocorrência ou não dos acidentes dependerá das características próprias de cada um. A partir dessa perspectiva, inúmeras teorias foram elaboradas tendo o trabalhador como a fonte primordial dos acidentes, seja por seus comportamentos inseguros ou inadequados; por suas infrações ou pelos erros cometidos em relação à prescrição da tarefa; por sua indisciplina; por suas decisões ou até por sua vocação ao acidente (Carmo et al., 1995). A noção do homem como causa dos acidentes gerou abordagens teóricas que têm como pressuposto que a sua ocorrência pode ser imputada, direta ou indiretamente, a falhas humanas, já que o homem

"[...] não é uma máquina, seu rendimento não pode ser previsto totalmente e, às vezes, comete erros. O erro pode ter sido do arquiteto que concebeu a fábrica, do diretor da empresa, de um engenheiro, químico, eletricista, supervisor, encarregado da máquina ou de sua conservação; enfim, de qualquer pessoa que tenha tido a ver com o desenho, construção, instalação, direção, vigilância e exploração da fábrica e o que esta contém" (Paiva Junior, 1976, p.13).

Não obstante, mesmo pelos mais diversos caminhos e métodos, a maior parte das vezes culpa-se a vítima como a causadora de seu próprio infortúnio.

Dentre as teorias que partiam do princípio de que alguns trabalhadores teriam mais propensão ao acidente do que outros, estão as da “propensão inicial desigual” e a da “propensão ao acidente”, apontadas por Hale & Hale (1972) e Brown (1990) como das teorias mais influentes da história da pesquisa sobre acidentes de trabalho. A primeira afirma que a propensão ao acidente é uma característica inata de alguns sujeitos e independe do tipo de trabalho exercido, das condições ou de outros fatores não pessoais. Na segunda, a propensão ao acidente se relacionaria mais com determinados “eventos críticos” ou “distúrbios emocionais” na vida dos trabalhadores do que com os riscos presentes nos locais de trabalho (apud Carmo et al, 1995).

Seguindo esta mesma linha de internalização das causas, podem-se citar também as teorias de base psicanalíticas, que propõem a motivação inconsciente como determinante dos acidentes. Estes estudos os entendiam como resultantes de conflitos internos, a partir dos quais o sujeito expressa sentimentos de culpa, autopunição, agressividade ou carência afetiva (Adler apud Paiva Junior, 1976). Outros buscam na história pregressa dos trabalhadores acidentados as causas do acidente. Apontam que problemas familiares na infância - como alcoolismo, pais dominadores, divórcio dos pais ou morte violenta de um deles - faz com que se tornem adultos com comportamentos que levam à ocorrência de acidentes (Paiva Junior, 1976).

Tais teorias retiram das empresas, do ambiente, das condições de trabalho toda e qualquer relação com o evento acidentário. Baseiam-se na existência de trabalhadores independentes das influências de seu entorno. No entanto, é na interface entre as teorias do fator humano e da causalidade do ambiente que se construiu uma das mais influentes e utilizadas propostas de análise sobre o tema. H.W. Heinrich, superintendente de uma seguradora, postulava uma maneira “simples”, um “método seguro” de se abordar o problema (Lieber, 1998).

Na denominada “Teoria do Dominó”, de Heinrich, o acidente que tem como resultado a lesão do trabalhador ocorre a partir de uma seqüência de cinco estágios:

- “1. Ambiente social e hereditariedade, levando a*
- 2. Falha individual, como razão para*
- 3. Ato inseguro e/ou condição insegura (ou risco mecânico),*
que resulta em
- 4. Acidente, definido como ‘batida contra’, ‘batida por’,*
‘prensagem entre’, ‘queda’(da pessoa, de objeto etc.),
‘exposição a temperaturas extremas’, ‘esforço excessivo’, etc.
que leva a

5. Lesão”(Carmo et al, 1995, p. 442).

Os estágios seriam dispostos tais como cinco pedras de dominó, em que a derrubada da primeira desencadearia a queda de todas as demais. Para evitar o acidente, seria necessária a retirada de uma das pedras para cancelar a cadeia, preferencialmente a terceira. Segundo esse autor, baseado na análise de 75.000 acidentes, a extração desta pedra (ato inseguro/condições inseguras), única passível de controle, preveniria 98% dos casos de acidentes de trabalho. Ênfase maior deveria ser dada aos atos inseguros, visto que a distribuição da causalidade indicava que esses atos eram responsáveis por 88% dos acidentes, contra 10% creditados às condições inseguras (Carmo et al. 1995).

Lieber (1998) contesta, entretanto, o caráter científico da obra, já que, apesar de propor-se como uma teoria científica de análise de acidentes, o autor não fornece em nenhum momento os métodos e critérios para obtenção desses dados. Além disso, a proposta de Heinrich possui como pilares de seus argumentos uma série de axiomas que devem ser, simplesmente, aceitos, o que demonstra seu caráter não científico. Outro traço marcante é seu serviço ao controle dos trabalhadores, uma vez que qualquer forma de indisciplina ou desobediência às ordens dos superiores era encarada como ato inseguro.

Além dessas, temos também as teorias em que a causalidade dos acidentes é atribuída à própria organização do trabalho. Dwyer (1991, 1994, 2001), objetivando criar uma *sociologia da produção dos acidentes de trabalho* que supere as noções atuais, propõe que os acidentes são produzidos pela relação social do trabalho. “A relação social do trabalho é a maneira pela qual é gerenciado o relacionamento entre uma pessoa e seu trabalho” (Dwyer, 1994:17). Esta concepção implica novamente as empresas na produção do acidente, ao incluir temas como: incentivos financeiros para tarefas arriscadas, excesso de carga horária, falta de cooperação entre do grupo de trabalhadores, autoritarismo dos supervisores e administradores, e falta de qualificação dos trabalhadores.

Somadas a essas explicações monocausais, a partir de 1960 começam a surgir teorias e metodologias que compreendem a causalidade dos acidentes de trabalho a partir de uma visão sistêmica² ou “multifatorial”. Apresentam uma série de inovações na compreensão dos acidentes, mas as metodologias produzidas permitem que a continuidade das teorias dominantes de investigação e seus pressupostos, só que a partir

² Conforme a concepção sistêmica os acidentes não são determinados por uma causa única (ato inseguro, condição insegura, organização), eles são entendidos como resultado do mau funcionamento de todo o sistema.

de uma abordagem sistêmica, com instrumentos próprios da multicausalidade. Essas metodologias de análise poderiam ser subdivididas em dois grupos distintos: as que pensam o acidente como “parte” do sistema, que estaria determinado pelos seus componentes constituintes; e as que o concebem como “produto” do sistema, ou seja, o desastre seria resultado do seu próprio arranjo (Lieber, 1998).

Sentidos do acidente de trabalho no Brasil

As discussões sobre os acidentes de trabalho no Brasil começaram a tomar corpo somente a partir da segunda década do século XX, quando a incipiente industrialização brasileira atingiu maiores proporções e as reivindicações trabalhistas adquiriram maiores dimensões com as greves de 1917. Esse movimento de resistência operária contribuiu para que o Estado decretasse, em 1919, a primeira lei acidentária do País (Costa, 1981; Cohn et al., 1985).

A construção histórica dos sentidos do acidente de trabalho iniciada neste período teve como fio condutor a noção de culpa. A concepção jurídica do evento acidentário, presente em sucessivas legislações, foi gradativamente afastando a culpa do empresariado e atribuindo-a cada vez mais ao trabalhador, sobretudo por meio de justificativas tecnológicas.

Cohn et al. (1985) mostram como no decorrer do século anterior as diferentes leis sobre os acidentes de trabalho, fundamentadas em três doutrinas jurídicas, foram diluindo a responsabilidade do empregador. A doutrina que guiou a primeira lei acidentária balizou-se na noção de *culpa delituosa*. Apesar dessa lei responsabilizar o empregador pelo acidente, exigia que o trabalhador – para receber a indenização – comprovasse a culpa daquele ou de seus subordinados diretos, seja por negligência, imprudência ou desrespeito dos regulamentos. No entanto,

“O ato negligente do empregador nem sempre era possível de ser provado, e bastava ao advogado patronal demonstrar que houve imperícia mínima por parte do trabalhador ou a fatalidade do caso fortuito para que o acidentado tivesse reduzido o direito à indenização” (Cohn et al., 1985, p.139).

A segunda lei, de 1934, rompeu com a idéia da culpa delituosa e recorreu à doutrina do *risco profissional*, já consolidada em alguns países europeus, segundo a qual não há necessidade de se procurar os responsáveis, de se provar a culpa, ou mesmo as causas dos acidentes. O empregador era obrigado, por exigências contratuais, a arcar com os danos causados ao trabalhador. Para garantir o pagamento das indenizações, poderia optar por seguradoras privadas ou por depósitos nos bancos estatais. Dessa

forma, o empresariado nacional desresponsabilizou-se pelas condições de trabalho e segurança dos ambientes geradores do acidente.

A noção de risco profissional mantém-se nas leis posteriores, que introduzem algumas mudanças quanto às obrigações de patrões e empregados. Somente após o golpe de 1964, a legislação acidentária começa a caminhar em direção à doutrina do *risco social*, que continua até os dias atuais. Na quinta lei, de 1967, transfere-se o seguro-acidente das seguradoras privadas para a previdência social. Destarte, o Estado afirma-se como “grande protetor” dos trabalhadores, assumindo a responsabilidade pelos acidentes de trabalho e intermediando, ou melhor, aumentando a distância das relações entre empregadores e empregados (Lucca e Fávero, 1992). Como afirma Cohn et al. (1985, p.139):

“O empregador se exime de qualquer responsabilidade quanto ao acidente de trabalho, cabendo ao acidentado o ônus da lesão física definitiva, parcial ou temporária e ao Estado o dever de ampará-lo temporária ou definitivamente...” (Cohn et al., 1985, p.139).

Apesar dessas mudanças representarem um avanço na legislação trabalhista, visto que garantem minimamente a sobrevivência do trabalhador, é importante ressaltar que a forma com que foram introduzidas no país, não ocorreu satisfatoriamente. Somado a isso, nos últimos tempos temos um aumento do número de trabalhadores no mercado informal, não contemplados nessa legislação, que abrange cerca de 60% da população economicamente ativa.

Sob a mesma lógica de camuflar a relação entre o capital e a produção dos acidentes de trabalho, temos as análises que mantiveram na culpabilização dos trabalhadores seu foco de atuação. Apesar das inúmeras teorias de análise de acidentes, no Brasil predomina a proposta de Heinrich, implantada de acordo com os interesses locais, focando apenas o binômio ato inseguro/condições inseguras:

“Infelizmente, em nosso meio, a generalização da utilização das noções de AI/CI parece ter ocorrido sem a necessária preocupação com o indispensável aprofundamento nas investigações de acidentes, tratados de forma simplista e grosseira” (Carmo et al., 1995, p.442).

As análises baseadas na identificação de atos/condições inseguras – empregadas inclusive por órgãos oficiais como a Fundacentro, o INSS, a ABNT - em poucos casos foram estendidas à forma como o trabalho é organizado e gerenciado,

ocasionando atitudes de culpabilização dos próprios acidentados. A própria Fundacentro, órgão do Ministério do Trabalho afirma, semelhante a Heinrich, que 98% dos casos de acidente devem-se a esses dois fatores. Deste percentual, 80% são atribuídos aos atos inseguros, enquanto apenas 18% dos acidentes seriam resultantes das condições inseguras.

A partir deste entendimento, propõe-se como forma de prevenção a conscientização dos trabalhadores, posto que estariam em seus próprios atos as razões da grande maioria dos acidentes (Carmo et al., 1995). E, portanto, a prevenção deve centrar-se no próprio trabalhador, no uso de equipamentos de proteção individual e na elaboração de cartazes e manuais. Machado (1991) denominou essa estratégia de "gerenciamento artificial do risco", já que, ao invés de buscar alterações no ambiente de trabalho ou mesmo em sua organização, imputa-se ao trabalhador o peso da prevenção do acidente, e conseqüentemente, a culpa por eventuais acontecimentos.

Entre as formas desse “gerenciamento artificial do risco” encontram-se a terceirização das tarefas perigosas, para empreiteiras ou cooperativas, e as análises de acidentes simplistas que se restringem às causas imediatas e à subnotificação. Essa política é característica de setores como a construção civil:

“ [...] em que a alta rotatividade da mão-de-obra, o baixo nível de treinamento dos operadores e o baixo valor atribuído a vida e a saúde dos trabalhadores constituem um cenário de substituição inesgotável da força de trabalho, no qual as situações de perigo fazem parte do cotidiano e da cultura nos próprios locais de trabalho” (Machado, Porto & Freitas, 2000: 61).

O ponto de vista oficial, somado a essas práticas de gestão do risco levaram ao que Cohn et al. (1985) denominaram de “*produção da consciência culposa*” que, em muitos casos, faz com que o próprio trabalhador assuma a culpa por seu acidente. É na interseção entre as concepções jurídicas - que contribuem para a desresponsabilização do empregador - e as compreensões teóricas mais difundidas, que culpabilizam o trabalhador, que o acidente de trabalho é produzido no Brasil. É em meio a esse contexto que precárias condições de trabalho, como as da construção civil, mantêm-se.

O PERCURSO DO ESTUDO

Dando voz aos silentes

“...não estamos sendo convidados a substituir uma memória muitas vezes falha e não confiável pela história científica; estamos sendo convidados a substituir a memória de vários bilhões de indivíduos que vivem nesse planeta pela memória profissional de um grupo de historiadores profissionais ou pelas memórias institucionais dos centros de poder” (Portelli, 2000, p.69).

Além das histórias da construção civil no Brasil e a da própria concepção de acidentes de trabalho, descritas anteriormente, é fundamental lembrarmos que os acidentes modificam brutalmente as histórias das pessoas que os sofrem. Para tanto, buscamos reconstituir a trajetória de vida desses trabalhadores: sua infância e adolescência, a entrada no setor; as condições de trabalho, as circunstâncias em que aconteceu o acidente e a busca posterior pelos direitos trabalhistas, bem como suas repercussões para o trabalhador e seus familiares.

Optamos por utilizar a *história de vida*, entendida como:

“relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu [...] através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global[...]” (Queiroz, 1991, p.6).

Essas trajetórias são singulares, únicas, mas produtos de condições sociais amplas, que dizem respeito não apenas a um sujeito determinado. Nesse sentido, tais dados apontam para uma realidade maior que não se restringe ao âmbito individual. O que temos são diversas verdades construídas a partir de encontros e desencontros exclusivos, produzidas por diferentes trabalhadores que compartilham condições sociais semelhantes. A história de vida “verbalizada pelos participantes constitui uma tentativa de revelar o ambiente intangível dos acontecimentos que fazem parte da experiência de determinado grupo social” (Minayo, 2000, p. 127).

Acreditamos que somente a partir dos relatos dos próprios sujeitos podemos contextualizar o evento no fluxo de suas existências e não como um acontecimento estático e instantâneo. Sob essa perspectiva, procuramos dar voz ao acidentado para que possa falar do acidente, de modo a entendê-lo desde seu próprio ponto de vista, de seu saber, de sua experiência e contextualizado em sua vida. Temos como pressuposto que as relações sociais mantidas no trabalho e fora dele, os sentimentos diante da profissão e a situação familiar, entre outros aspectos, interferem na produção do acidente tanto quanto as outras questões relativas ao ambiente de trabalho.

Seguindo os passos dos acidentados

Este estudo faz parte do projeto integrado de pesquisa “Precarização do trabalho e seus impactos sobre a saúde”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Minayo Gómez, tendo como um de seus focos a investigação dos trabalhadores terceirizados da construção civil. Iniciou-se em 1999, a partir de uma solicitação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Rio de Janeiro (SINTRACONSTRJ) ao Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEHE-ENSP), propondo a realização de um estudo sobre essa categoria, que vinha sendo afetada pelas recentes mudanças no mundo do trabalho, sobretudo com a implementação da terceirização em massa da mão-de-obra do setor.

Num primeiro momento, para o desenvolvimento da pesquisa contou-se com o importante apoio do sindicato, o que permitiu o acesso à documentação existente e a entrada em diversos canteiros de obras. No entanto, em 2001, após as eleições no sindicato, em que a diretoria que propôs a pesquisa foi derrotada, ocorreu uma mudança radical na política da entidade. A partir desse momento - que coincidiu com o início desta dissertação – houve uma ruptura nas relações entre o sindicato e os pesquisadores, interrompendo-se também a possibilidade de colaboração técnica e logística.

Diante dessa situação, tivemos que localizar por outros meios os trabalhadores que haviam sofrido acidentes incapacitantes, ou que viessem a se acidentar. Vários foram os fatores que tornaram difícil essa tarefa, visto que esses trabalhadores, na maioria das vezes, não retornam aos locais de trabalho; muitos deles não possuem registro ou nele não consta o endereço residencial. Além disso, uma quantidade significativa desta mão-de-obra, como já foi relatado, é formada por migrantes que retornam aos seus lugares de origem. Perante os diversos obstáculos encontrados, fomos obrigados a repensar nossas estratégias de busca ativa, sendo que passou a se dar por diferentes frentes.

O primeiro local escolhido obter as informações foi o Hospital Municipal Lourenço Jorge (HMLJ) que, por situar-se numa área de grande expansão imobiliária, recebe um número significativo de acidentados oriundos da construção civil. Outro fator que reforçou nossa escolha foi a atenção diferenciada que é dispensada aos acidentes de trabalho, através de seu serviço social. Neste sentido, o hospital apresentou-se como uma instituição de apoio importante para a realização desta pesquisa.

Esse trabalho no HMLJ foi iniciado em julho de 2000, a partir da iniciativa da então chefe do departamento do Serviço Social, especialista em Saúde do Trabalhador, que começou a chamar a atenção das demais assistentes sociais à problemática dos acidentados de trabalho e propor uma nova forma de lidar com esses trabalhadores atendidos pelo hospital. Assim, foi estabelecida uma nova rotina em relação a estes casos.

Os trabalhadores acidentados atendidos pelo hospital passaram a ser encaminhados ao setor de Serviço Social, local onde recebem todas as informações referentes aos seus direitos e aos procedimentos que virão a seguir. Existe uma preocupação especial quanto à emissão e ao preenchimento da Comunicação do Acidente de Trabalho - CAT. Em relação à emissão, são dadas todas as informações aos trabalhadores sobre a importância de exigir que as empresas a emitam. É enviada também às empresas uma solicitação nesse sentido e, em alguns casos, as próprias assistentes sociais entram em contato direto com as empresas para que cumpram tal exigência.

Além desta primeira etapa, direcionada aos trabalhadores e às empresas em que trabalham, o preenchimento da parte médica da CAT pelo hospital exigiu um novo esforço, já que esta etapa deve ser realizada por outros setores do hospital, que não o de Serviço Social. Ficou estabelecido, então, em reunião com as chefias como seria a rotina de preenchimento das CAT's. Os documentos emitidos pelas empresas passaram a ser encaminhados ao setor de Admissão e Alta - um setor de documentação do hospital - que preenche a parte médica, a partir do boletim médico do paciente, sendo assinado posteriormente pelo o chefe da equipe médica presente no dia.

Algumas dificuldades foram enfrentadas, já que a implantação dessa rotina no serviço representa um aumento de trabalho para esses setores, aliado à resistência "cultural" de algumas equipes do hospital que não vêem importância no preenchimento da CAT.

Apesar de este procedimento não contemplar os trabalhadores do mercado informal, é inegável a importância que sua inclusão, introduzida na rotina do hospital,

traz para os trabalhadores lá atendidos. Em alguns casos, pudemos presenciar esses benefícios até mesmo para trabalhadores atendidos em outros hospitais que, ao ficarem sabendo dessa prática, se deslocavam ao referido hospital em busca de informações sobre seus direitos e deveres. Ainda que, infelizmente, não tenham sido produzidos dados estatísticos que comprovem um aumento significativo do número de CAT's recebidas, pudemos sentir em nossa permanência que muitos dos trabalhadores acidentados tinham ali a única informação sobre seus direitos. Para muitos deles, não fossem as orientações recebidas, voltariam a trabalhar, assim que pudessem, como se nada houvesse ocorrido, como se o acidente de trabalho fosse apenas mais um dos percalços com os quais já estavam acostumados e cansados de passar.

Foi nesse ambiente e nesse contexto que iniciamos nosso trabalho de campo em busca dos acidentes incapacitantes. Nossa estada no hospital ocorreu em dois momentos diferenciados. Primeiramente buscamos caracterizar os acidentes ocorridos na construção civil, a partir de dados secundários obtidos nos registros do hospital (CAT's); em seguida, freqüentamos a Grande Emergência do hospital diariamente durante um mês e duas vezes por semana nos três meses subseqüentes, com o intuito de estabelecermos contato com os trabalhadores atendidos.

A caracterização dos acidentes, a partir dos dados secundários, apresentou algumas dificuldades operacionais. Fizemos o levantamento de 100 CAT's arquivadas no Serviço Social. Tais documentos são referentes ao período de novembro de 2000 a dezembro de 2001 e apontam a seguinte configuração: os que mais sofrem acidentes são os serventes (28%), seguidos dos carpinteiros (20%) e dos pintores (13%). O maior número de acidentes decorre de quedas por altura (33%), das quais 12% correspondem a quedas de escada, 12% a quedas de laje e 9% a quedas de andaime. A segunda maior causa é a queda de objetos (19%) e em terceiro lugar encontram-se os cortes com serras elétricas (12%). Os diagnósticos mais comuns são as fraturas (45%) - sendo 16% expostas - seguidas das lesões corto-contusas (34%) É importante ressaltar também o alto índice de amputações (5%).

Esses dados demonstram com clareza, principalmente quando observamos as causas imediatas dos acidentes (quedas de altura, de objetos e cortes com serra elétrica), a despreocupação das empresas em relação à sua prevenção. Em sua maioria, poderiam ser evitados apenas com o cumprimento mínimo das determinações contidas na NR18. Outro fator importante a ser ressaltado é a gravidade das lesões resultantes destes acidentes com um alto índice de fraturas expostas e amputações.

Apesar de esses dados nos oferecerem importantes informações sobre os acidentes da construção civil atendidos no HMLJ, esse tipo de documento apresenta uma grave limitação, visto que se restringe apenas aos trabalhadores inseridos no mercado formal, negligenciando aqueles com outras formas de vínculo empregatício. Diante do crescimento do setor informal, tal qual mostramos anteriormente, essa restrição dos dados não pode ser descartada ou mesmo minimizada. É importante identificarmos os acidentes ocorridos com trabalhadores do setor informal, pois essas informações dão visibilidade às condições precárias de trabalho às quais eles são submetidos, e ao grande contingente de trabalhadores desprotegidos socialmente.

Com esse intuito, recorreremos aos Boletins de Emergência (BE), mas descartamos a possibilidade de utilizar essa fonte diante das deficiências observadas no seu preenchimento, tanto no que se refere à ocupação do paciente, quanto à discriminação do caso que inviabiliza estabelecer sua relação com o trabalho. Acabamos optando por coletar dados *in loco* na Grande Emergência (GE) durante o período compreendido entre 17 de novembro e 15 de dezembro de 2001. Essa escolha deveu-se ao fato de que uma grande parcela dos acidentados atendidos no hospital, e quase a totalidade dos de maior gravidade, são necessariamente encaminhados para esse setor. Concentramo-nos nos setores de Politrauma e Ortopedia, que abarcam a maioria dos acidentes da construção civil. Minha permanência ocorreu no turno vespertino (14:00 as 17:00) durante os dias úteis, de acordo com sugestão do Serviço Social, pois no turno matutino os médicos visitam aos pacientes e o local fica tumultuado. Esse apoio do departamento de Serviço Social, como já mencionamos, foi fundamental.

Com a permanência na GE objetivamos fazer contato com os trabalhadores da construção civil com vínculo de trabalho formal ou informal. Esse período foi bastante proveitoso, pois nos permitiu conversar com alguns trabalhadores formais, informais, autônomos com e sem carteira assinada e até com um trabalhador que prestava serviço para um autônomo - que por sua vez tinha sido contratado informalmente - sobre suas condições de trabalho. Exerciam as mais diferentes funções - serventes, soldador, pintor, carpinteiro, pedreiro - e recebiam remunerações que variavam de R\$295,00³ até R\$2500,00⁴ por mês. Os acidentes também eram de gravidades distintas: desde um furo no dedo até a amputação de três dedos da mão, passando por fraturas, cortes e luxações.

Esses primeiros contatos contribuíram para aproximar-nos desse mundo de diversidade que é a indústria da construção civil, caracterizado pelas precárias condições de trabalho e de vida e pelo alto índice de acidentes. Uma realidade com que convive o

³ servente

⁴ Pedreiro autônomo. Segundo ele recebia de R\$2000 a R\$2500,00 por mês, dependendo do serviço.

trabalhador sem carteira assinada “por opção”, visto que ganha mais, e seu ajudante que não possui nenhuma outra alternativa. Uma categoria que, em algumas empresas, possui grande parte de seus operários trabalhando com contrato de experiência e que são substituídos periodicamente antes do prazo se esgotar. Uma população marcada pela resignação e pela auto-culpabilização.

Essa etapa foi também muito rica e densa em sentimentos, visto que todas aquelas características, em grande parte já conhecidas a partir de leituras, encontravam-se ali corporificadas e surgiam numa outra dimensão que a frieza acadêmica muitas vezes esconde. O contato com estes trabalhadores e com outras categorias tornou este trabalho intenso, mas difícil.

Uma forte contradição marcou toda minha permanência no hospital. Ao mesmo tempo em que necessitava entrevistar trabalhadores vítimas de acidentes incapacitantes, cada uma dessas entrevistas significava uma nova ocorrência, fato contra o qual, definitivamente, nos propusemos a lutar. Ouvir frases do tipo: “hoje está ruim pra você, não teve nenhum caso de acidente?” “Esse mês você está dando azar, já teve meses da emergência ficar cheia de gente de obra?” – ditas pelos funcionários, já acostumados e anestesiados com a rotina de um hospital público brasileiro, fez com que minha presença tomasse uma outra dimensão. Cada “hoje tem um caso bom pra você!” soava como se eu devesse ficar feliz com os acidentes, o que me gerava grande desconforto.

Esse desconforto atingiu seu ápice numa sexta feira, quando um desses “casos interessantes” foi o de um pernambucano, de 36 anos, pai de 2 filhos que, por cair do andaime, ficou tetraplégico. Ao conversar no dia seguinte com a família, as pessoas ainda não sabiam a gravidade da lesão e perguntavam se era verdade que ele não andaria mais. A partir desse dia, minhas idas ao hospital se tornaram cada vez mais difíceis, até o momento em que decidimos partir para uma nova frente. O pernambucano veio a falecer 24 dias depois no hospital, devido a complicações do acidente.

O segundo local que utilizamos para realizar a busca ativa foi um escritório de advocacia situado no centro do Rio de Janeiro. O contato com esse escritório ocorreu por mais um desses acasos que marcam uma pesquisa.

Em maio de 2002, foi realizado 1º Encontro de Vítimas de Acidentes de Trabalho que contou com a participação de trabalhadores que sofreram acidentes incapacitantes e familiares de vítimas de acidentes fatais com os quais tivemos contato nesses 04 anos em que a pesquisa vem sendo desenvolvida. Este encontro teve como objetivo propiciar um espaço de solidariedade, uma rede de apoio e trocas de

experiência entre estas pessoas que lutam e atravessam isoladas o longo e difícil caminho em busca de seus direitos.

No decorrer do encontro, a partir dos relatos das pessoas presentes, foi-se percebendo que esses caminhos percorridos solitariamente muitas vezes são semelhantes. Os problemas com as empresas que não pagam o que lhes é devido, a falta de conhecimento sobre os direitos, os entraves encontrados na luta por esses direitos e a dificuldade de seguir a vida diante da perda de um importante membro da família, tanto no que se refere ao lado emocional, quanto ao financeiro, coincidiam. Histórias que iam do caso do pedreiro, que teve que impedir os responsáveis pela obra de jogar o corpo de seu irmão “no mato” para maquiarem o acidente ocorrido no emprego que ele lhe arranjava. Da dona de casa que só foi saber da morte do marido um dia depois, pelo rádio. Ao trabalhador que após sofrer o acidente incapacitante diz ter contraído o HIV na transfusão realizada, após a amputação de seus dedos e que infectou a própria esposa. Essas histórias demonstram a dor e o desrespeito com que esses trabalhadores e familiares se defrontam.

Constatou-se então que, dada a similaridade dos problemas encontrados nessa caminhada, ela deveria ser percorrida em conjunto e, ao fim do encontro, sentiu-se a necessidade de que mais encontros ocorressem para que essa rede de apoio mútuo se mantivesse. Diante disso, foi proposta a criação de uma associação de vítimas de acidente que desse suporte ao acidentados do trabalho na construção civil e a seus familiares. Assim nasceu a Associação Nacional de Vítimas de Acidente de Trabalho - AVANT.

Naquele primeiro encontro, um dos participantes - talvez desconfiado com o convite, que poderia tratar-se de mais um dos aproveitadores que os abordam após o trágico acontecimento - foi acompanhado de seu advogado. Passado o primeiro momento em que tememos pela presença de um profissional que pudesse utilizar aquela reunião para conseguir novos clientes, a participação desse advogado foi de suma importância para o sucesso da reunião. Surgia então uma interessante parceria para o desenvolvimento da Associação, como também para a presente dissertação.

O escritório que esse advogado representava, especializado em ações de responsabilidade civil, tem nas questões relacionadas ao trabalho (acidente de trabalho e doenças laborais), 40 % de seus processos e ações na justiça, e auxilia diversas organizações e associações populares. A responsabilidade civil, no que se refere ao âmbito dessa pesquisa, seria uma especialidade do Direito Civil que imputaria à empresa a responsabilidade sobre os serviços por ela prestados, e no caso dos

trabalhadores, a responsabilidade em relação ao cumprimento dos seus direitos, principalmente em relação a sua saúde e segurança. As ações nessa área se referem basicamente a indenizações por danos materiais, morais e, em caso de acidentes que causem danos físicos aparentes, até por danos estéticos. O contato com o escritório possibilitou alguns novos contatos com acidentados da construção civil.

Em nossa busca ativa dos trabalhadores vítimas de acidentes incapacitantes da construção civil, entramos em contato com um dos funcionários do setor de reabilitação profissional do posto do INSS situado em Irajá, que veio a tornar-se mais um parceiro na pesquisa. A Reabilitação Profissional do INSS busca proporcionar o retorno ao mercado de trabalho dos associados (contribuintes) que, em decorrência de acidentes e/ou doenças, não podem mais exercer sua profissão original, mas ainda são considerados cidadãos “produtivos” pelo INSS.

Os trabalhadores indicados pela perícia à reabilitação profissional passam por uma reavaliação em que são considerados elegíveis; inelegíveis; ou inelegíveis temporariamente ao programa de reabilitação. Os associados considerados elegíveis ao programa podem ser readaptados a uma nova função no mesmo setor, podem participar de cursos profissionalizantes que os preparem para uma nova profissão ou recebem próteses que lhes permitem retornar ao seu trabalho. Os considerados inelegíveis, em geral em decorrência da gravidade do acidente ou doença, ou pela a idade avançada e/ou desinteresse, são reencaminhados a perícia médica. Os inelegíveis temporariamente são os casos em que os trabalhadores ainda estão em tratamento e, portanto, só poderão participar do programa após concluí-lo.

Segundo o levantamento realizado nos dados do Arquivo Morto da URRP de Irajá referente ao ano de 2001, este setor atendeu 535 associados encaminhados para reabilitação. Destes, 385 eram referentes a casos de auxílio-doença, 132 relativos a acidentes de trabalho e 18 se enquadravam em outras categorias (aposentados, reparos de prótese, procuras espontâneas, etc.) Deste universo, apenas 9 casos eram de trabalhadores da construção civil (3 pedreiros, 2 eletricitas, 1 armador, 1 pintor, 1 estucador e 1 encarregado), sendo dois casos de acidentes, seis de auxílio- doença e um de reparo na prótese.

Na jornada de trabalho de campo, de nove meses, além das dificuldades anteriormente mencionadas, nos deparamos com uma riqueza de vivências e experiências que nos conduziram, ainda que a princípio de forma inconsciente, a acompanhar e conhecer a trajetória de sofrimento, angústia e espera pela quais esses trabalhadores passam. Uma trajetória marcada por desencontros, desânimo e

desesperança - para a grande maioria dos acidentados - na busca por seus direitos e pelo respeito a sua dignidade.

As entrevistas

A partir dessa busca ativa, mantivemos contato com oito trabalhadores que haviam sofrido acidentes incapacitantes, seis dos quais aceitaram ser entrevistados. É importante ressaltar que estabelecer esse contato, principalmente no hospital, foi uma tarefa difícil e, em alguns casos, infrutífera. Além da situação de fragilidade decorrente do acidente, são constantemente assediados por diferentes profissionais, sobretudo advogados, nem sempre bem intencionados. Foi preciso, portanto, ganharmos a confiança para se disporem a realizar as entrevistas. Um dos trabalhadores que optou por não participar, visivelmente desconfiado, não quis nem mesmo saber do que tratava a pesquisa. O outro desistiu intimidado, quando fomos abordados pelo seu chefe no momento em que conversávamos no hospital.

Foram realizadas entrevistas abertas com base num roteiro orientador que incluía questões relativas à trajetória de vida do trabalhador, ao percurso de trabalho que precedeu à entrada na construção civil, às circunstâncias em que se deu o acidente e às possíveis explicações sobre suas causas, bem como ao conjunto de implicações para sua vida.

As diferentes situações em que se encontravam os trabalhadores contatados permitiram obter um quadro mais aproximado das dificuldades enfrentadas em momentos diversos. No hospital, conhecemos os que tinham sofrido o acidente recentemente e ainda estavam tratando das seqüelas mais imediatas. No INSS, conversamos com trabalhadores que se tinham acidentado há algum tempo e estavam perseguindo seus direitos junto a essa instituição. No escritório de advocacia, pudemos entrevistar pessoas que demonstravam uma grande persistência nessa busca pelos seus direitos. Em um dos casos, o acidente ocorrera havia 15 anos.

As entrevistas foram realizadas em locais e horários escolhidos pelos trabalhadores. Todas foram gravadas mediante a prévia autorização e transcritas integralmente. As entrevistas foram realizadas em um ou dois encontros durando de 1 a 1,5 hora. Em alguns casos os encontros foram muitos mais numerosos.

A análise dos dados foi realizada a partir da transcrição integral das entrevistas em que foram destacados os grandes temas de discussão relativos ao contexto em que o acidente ocorreu na vida dos sujeitos e as transformações posteriores na vida destes trabalhadores, as dificuldades por que passaram e que ainda são obrigados a enfrentar.

Ou seja, tentou-se discutir e entender os acidentes de trabalho contextualizados nas histórias de vida dos trabalhadores.

*Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue,
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é morte que se morre
de velhice antes do trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte Severina
ataca em qualquer idade
até gente não nascida).
Somos muitos Severinos
iguais em tudo na sina:
de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
alguns roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
a melhor possam seguir
a história da minha vida,
passo a ser Severino
que em vossa presença emigra.*

João Cabral de Mello Neto

TRAJETÓRIAS DE VIDAS E ACIDENTES

A história que aqui se inicia é uma história real, vivida por centenas de brasileiros todos os anos que se acidentam nos diversos canteiros de obras pelo país. Uma história constituída por histórias singulares de vida de diferentes trabalhadores, mas que possuem em comum mais que o fato de terem sofrido um acidente incapacitante na construção civil. Em alguns momentos parece ser o mesmo enredo contado por pessoas distintas, a partir de ângulos diferentes; em outros, podemos ver a diversidade de experiências dessas vidas marcadas pelo acidente de trabalho.

As personagens dessa história são:

- **Guarabira:** 61 anos, natural da Paraíba. Carpinteiro, ele ficou paraplégico após acidentarse trabalhando há 15 anos.
- **Maranhão:** 26 anos, natural do Maranhão. Trabalhava na construção civil como montador A, no setor de estrutura metálica. Acidentou-se em 1998, ficando paraplégico.
- **Itaperoá:** 33 anos, paraibano. Era carpinteiro, exercia também a função de encarregado. Perdeu o dedo indicador e parte do dedo médio amputados pela serra elétrica, além do movimento do polegar. Segundo ele, mandava e desmandava na obra.
- **Rodrigues:** 27 anos. Servente de carpintaria, nascido no Maranhão. Chegou ao Rio com 20 anos para trabalhar na construção civil. Acidentou-se em 1997. Teve 4 fraturas expostas que resultaram em um encurtamento expressivo da perna que o faz andar com dificuldade.
- **Carioca:** 30 anos, encarregado. Carioca. Canhoto, acidentou-se em 1993 e perdeu grande parte do movimento do braço esquerdo. Ainda está em tratamento.
- **Mineiro:** 53 anos, Mineiro, armador. Trabalhava na construção civil desde os 18 anos. Perdeu a força do braço direito após lesão nervosa e fratura da clavícula. Acidentou-se em 2000 e a empresa ainda não deu baixa em sua carteira de trabalho.

As personagens são estas, mas poderiam ser Sebastões, Severinos, Josés, Antônio e tantos outros que viveram, vivem e ainda vão continuar vivendo - se nada for feito - vidas similares a estas.

Vida Severina: jornada por uma vida melhor

No nordeste a situação sempre é ruim... é um lugar bom, mas dinheiro mesmo é que...eu mesmo tenho muita vontade de voltar lá cara, mas... pra ficar não... só passear. (Itaperoá)

Tendo nascido em locais pobres do Brasil, seja no interior do nordeste, em estados como Paraíba e Maranhão, ou no subúrbio do Rio de Janeiro, todos se depararam, desde a mais tenra idade, com uma realidade familiar de necessidades e carências que balizaram toda a infância e que fecharam algumas possibilidades futuras. Realidade essa, que os privava das necessidades mais elementares, como a falta de comida e roupas:

“chegava em casa e os irmãos, tudo homem, mas não tinha o que fazer. Saía todo mundo de manhã, aí começava às dez horas chegar gente, acho que eram doze ou treze irmão.(...) Quando juntava todo mundo, todo mundo olhando pra cara um do outro, assim igual nós tamo olhando, com o teto na boca... nem um borro de café a gente tinha. Tava brabo, mané. Aí nós saía pelo sítio dos outros, apanhá banana verde, manga verde, cana, o que encontrasse ia pegando pra comer, né? E a barriga tava brabo, ué”(Guarabira).

A precariedade das condições atingia além das necessidades básicas (roupas e comida) alguns desejos infantis que, mesmo não sendo indispensáveis para a sobrevivência, são importantes o suficiente para marcarem suas memórias:

“a condição de vida era praticamente a de agora, precária, né? Tinha mesmo o básico, né? Comida, arroz e feijão, mas fora isso até um brinquedo pra você fazer, você tinha que adaptar alguma coisa ali pra fazer um brinquedo pra você usar, não tinha como...não tinha dinheiro pra comprar”(Maranhão).

A escassez de bens materiais fez com que o ingresso no mundo do trabalho fosse antecipado e iniciando-se ainda na infância como forma de ajudar os pais nos serviços agrícolas, “trabalhando na enxada”, vendendo picolé ou realizando pequenos serviços na comunidade. A vida dessas pessoas tem a marca da luta por uma situação melhor:

“Minha vida era pegar frete na rua... pai e mãe muito pobre, muito filho. Era carregar compra das madames, carregar mala dos outros pra ganhar uma micharia, pra comprar alguma coisa pra se viver, pra viver a vida... comprar alguma coisa pra comer. Rapaz, de oito, nove anos já começava indo, né? Não tinha condições mesmo. Tava brabo! Queria calçar um chinelo, tinha que comprar. Catar lata velha na rua, ferro velho, vidro quebrado e... tô vivendo a vida, né?”(Guarabira).

Nessa batalha por uma vida mais digna não se poupam esforços, ainda que para isso seja preciso deixar o lar ainda na infância, abstendo-se da companhia dos pais:

“Eu morei na casa dos meus pais até 13 anos. Depois, eu saía e voltava. Não passava muito tempo, eu passava uma temporada fora, passava um mês com eles [com os pais], depois eu saía de novo. Morava nas fazendas, sempre em fazenda, trabalhando com gado. Com o meu pai eu trabalhava no engenho, produzindo cachaça”(Rodrigues).

Devido a essas precárias condições de vida e às poucas possibilidades de um futuro melhor, já que os escassos empregos eram em geral mal remunerados, uma parcela significativa dessa população encontra na migração uma alternativa concreta de mudança. Em razão do que partem em direção ao sul do país, principalmente às grandes cidades do sudeste. Uma decisão dolorosa, em muitos casos indesejável, que os afasta de familiares e amigos ainda no início da juventude:

“É bem difícil a vida. Ai com dezoito, dezenove anos. Dá uma de maluquice de arrumar família. É ... e aconteceu o que aconteceu, ai... É malandro, aqui não vai ter condições da gente ficar aqui não. (...) Não tinha não, rapaz. Até hoje não tem. Rapaz, vou dizer pra você que ainda hoje não tem nada. Você vê aqueles homens tudo pra frente pra trás, sem arrumar nada”(Guarabira).

Essa decisão é tomada quando se tem a certeza de que a expectativa de ascensão social, com melhores oportunidades de emprego e renda, não será concretizada; bem como seus desejos ou mesmo o provimento de sua família:

“...na época eu tava morando com o meu pai. Depois que eu me casei, eu fiz a minha casa perto da casa do meu pai. Ai, eu ficava morando lá. Ai foi da vez que a minha mulher tava

*grávida, a situação tava ruim pra ganhar dinheiro, entendeu?
De 5 reais a diária, ai eu vim pra cá” (Rodrigues).*

No caso do interior nordestino, os fatores de estagnação⁵ parecem ser os principais determinantes dos fluxos migratórios. A percepção de que existem poucas alternativas para a reversão desse quadro conduz a vislumbrar uma possibilidade real de mudança seguindo os passos de pessoas conhecidas que migraram e encontraram melhores condições de vida.

O processo migratório em alguns momentos apresenta-se como a saída que vem sendo construída por diversas gerações de toda uma região marcada pela miséria e carência. Nos dias atuais conta-se com redes de apoio bem estruturadas. Em alguns casos, como o de Itaperoá, a rede foi doméstica, tendo sido iniciada por seu pai que gradualmente trouxe toda sua família:

“Meu pai trabalhava na Encol e veio eu e meu irmão pra cá. Viemo junto... ele mandou a gente [...] Ele veio pra cá em setenta e pouco e eu vim pra cá em 86. [...] Veio eu e meu irmão, depois [o pai] foi pra São Paulo, depois levou a família toda, o resto da família” (Itaperoá).

Em outros casos, esse processo passa por diferentes estágios, diversas tentativas e cidades. A busca por melhores condições de vida, muitas vezes, inicia-se ainda na própria região conformando a história do percurso migratório, que termina nos grandes centros do sudeste:

“Nasci no Maranhão e aos oito anos de idade fui pra Fortaleza. [...] Fui pra Fortaleza com ela (mãe). Pra casa duma irmã dela. Só que ela foi morar mais uma irmã e eu fui morar mais uma prima dela, fica em bairros diferentes [...] Fiquei lá até os dezessete, e aos dezessete fui pra São Paulo...” (Maranhão).

A migração não constitui apenas uma decisão individual. Trata-se de um movimento construído sobre fortes redes sociais, no qual os migrantes mais antigos “trazem” novos migrantes, em geral parentes e amigos, a quem oferecem apoio e muitas

⁵ Segundo Singer (1973) os fatores que determinam os processos migratórios são de duas ordens: fatores de mudança e de estagnação. Os fatores de mudança – relativos à introdução de relações capitalistas numa dada região – fazem com que os pequenos proprietários migrem diante da impossibilidade de concorrer com empresas capitalistas e faz com que seus empregados migrem devido à diminuição dos postos de trabalho decorrentes do aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação – que seria decorrente de uma pressão populacional superior à quantidade de terras disponíveis, seja pelo aumento da população, seja pela concentração latifundiária.

vezes, emprego. “Quando da chegada do migrante, sua adaptação se dá em geral favorecida por mecanismos de ajuda mútua e solidariedade dos mais antigos” (Athayde, 1996, p.193).

Essas redes de apoio são formadas por familiares, amigos e conterrâneos que cedem a casa nos primeiros momentos e ajudam a encontrar o emprego:

“A gente procura a cidade grande pra a ver a situação melhorar. Pra ver se melhora a situação pra ver se aprende uma profissão (...) Aí naquela época a cidade mais fácil era o Rio de Janeiro. Tinha mais gente conhecida aqui. Tinha alguém conhecido aqui, aí você vinha e ficava na casa da pessoa, na casa de outra até acertar em alguma coisa” (Mineiro).

Ressalta-se que esses grandes contingentes de mão-de-obra são arrematados a um baixo custo, dadas as restritas alternativas de mercado para essa força de trabalho com pouca qualificação. Nesse sentido, a construção civil constituiu-se, desde o aumento dos fluxos migratórios, como um importante escoadouro urbano para a força de trabalho vinda do nordeste (Fischlowitz, 1966; Potengy, 1980).

Tamanha é a importância desses trabalhadores para a construção civil, que foi construída, ao longo do tempo, uma verdadeira estrutura de agenciamento dessa mão-de-obra. Redes de recrutamento que vão desde um migrante que chama o amigo ou parente para trabalhar, até encarregados e mestres que trazem diversos trabalhadores de suas cidades natais, ou agenciadores profissionais que têm a função de recrutar força de trabalho por diversas partes do nordeste e de outras regiões pobres do país, como do norte de Minas Gerais. Eles exercem “[...] uma intermediação fundamental neste processo, sobretudo em locais onde não existem trabalhadores em número suficiente, ou estes não se mostrem propensos a aceitar o duro regime de trabalho característico do setor [...]” (Paixão e Figueiredo, 1997, p.19). Além disso, permitem a flexibilização da oferta de mão-de-obra de acordo com a necessidade do setor:

“O irmão dele [de um amigo] já trabalhava aqui em São Paulo, ele era encarregado. Aí ele foi pra lá de férias, e aí quando ele voltou eu perguntei se dava pra vir com ele, ele falou que dava. Aí eu vim com ele. De vez em quando que ele vinha ele trazia mais gente com ele” (Maranhão).

Em suma, o que mobiliza esses trabalhadores é a crença de que, independentemente das dificuldades encontradas, a vida não será tão dura e difícil como

nos seus lugares de origem. No entanto, mesmo contando com o suporte das redes sociais, a chegada numa cidade como o Rio de Janeiro não é simples. O abismo entre essa realidade e a dos seus municípios é significativo, posto que a maioria é proveniente de localidades de pequeno ou médio porte. Eles têm que superar todo o choque cultural e social decorrente da mudança e dar prosseguimento à vida: encontrar o mais rápido possível um emprego, um local estável para viver...

“no primeiro dia não arrumei serviço. O cara me deu uma promessa pro outro dia, o português. Aí quando foi no outro dia eu voltei lá. Dormi aquela noite na rua, cheguei lá naquela marquise da Praça Saenz Peña. Quando tava todo mundo calmo aí eu arrumei um lugarzinho, deitei ali. Quando eu pensei que não, amanheceu o dia. Ah! Ta bom, agora eu vou. Era pertinho o serviço que o cara tinha prometido pra mim. Aí eu fui lá, comecei a trabalhar. Aí quando foi... Trabalhei a semana toda e quando foi na outra semana... No sábado trabalhei até 11 horas, que a gente trabalhava até 11 horas, aí fui pra casa. E um colega meu morava perto, né? Coincidência, trabalhava um colega meu. “Rapaz tu mora onde?” Moro em Bonsucesso. Eu sei que o nome é Bonsucesso, mas o lugar eu não sei voltar não. O cara falou: ‘vamo sim, vamo trabalhar até 11 horas e vamo pra casa.’ Quando cheguei em casa tava todo mundo maluco. Mas onde você tava? Tava trabalhando. Tava trabalhando aonde? Tava num lugar chamado assim, tal Tijuca, Praça Saenz Peña” (Guarabira).

Primeira Parada: a Construção Civil

“Que emprego certo? Quem não tem estudo tem que procurar, pegar qualquer coisa. Meu trabalho toda vida foi obra” (Guarabira).

O ingresso na construção civil torna-se uma opção concreta para grande parte dos migrantes do sexo masculino vindos do nordeste, seja em decorrência das redes de agenciamento existentes ou de relacionamentos informais:

“Pra mim foi tranquilo, já vim com meu emprego fixo. Já vim com coisa certa, né? Pra mim não teve nenhum problema, não... o problema mais foi o clima, né? Que é bastante diferente de Fortaleza pra São Paulo” (Maranhão).

Fischlowitz (1966), aponta duas características que transformaram o setor em um grande absorvedor dos migrantes nordestinos. A primeira refere-se à pequena introdução da mecanização nos processos produtivos da construção em relação aos outros setores da indústria nacional. Aspecto que permite a absorção da mão-de-obra simples e com pouca qualificação, ao que se soma o fato de o aprendizado do trabalho ocorrer ao longo de seu próprio exercício. A segunda característica diz respeito à mobilidade e à rotatividade do setor que, diferentemente dos demais que possuem estrutura fixa, emprega mão-de-obra “instável, flutuante e cíclica”.

“É comecei como servente, fiquei como servente uns 6 ou 7 meses.(...) Trabalhei de ajudante. Porque na construção civil tem uma área de ajudante, aí você vai praticando.” (Mineiro).

Para alguns, entretanto, torna-se atraente a possibilidade de adquirir uma profissão através de um aprendizado informal, da prática do dia-a-dia:

“Então o que me trouxe a trabalhar na construção civil foi aprender uma profissão, comecei de armador... armador de ferro e depois neste período que eu trabalhei na empresa, eu trabalhei 15 anos. Também era armador, soldador e maçariqueiro as três coisas juntas num serviço só” (Mineiro).

Além disso, os migrantes parecem constituir uma população preferencial para o ramo da construção civil dada sua constante inserção no setor. São trabalhadores que “agüentam o serviço pesado” e têm “coragem” para enfrentar os riscos apresentados, diferentemente dos empregados locais:

“Rapaz, ninguém lá é carioca pra falar isso aí, né, cara. A maioria é gente lá do Ceará, mesmo, do Pará, do Piauí, do Maranhão, gente do Nordeste, né? Aqui do Rio é muito pouco, e os caras não agüentam um mês, né? E sai fora. O serviço é muito pesado pra eles, aí não têm coragem de fazer isso, não. E só dá mesmo é a gente, mesmo” (Maranhão).

Uma das explicações possíveis seriam as características dessa população: com pouca instrução e, conseqüentemente, com poucas opções de emprego; e que abandonou suas cidades em busca de uma vida melhor. Acrescenta-se a forma de agenciamento

utilizada, que torna os trabalhadores mais dóceis com as empresas para não prejudicarem quem os indicou ao emprego. O engendramento destes fatores faz com que eles, em suas lutas para “vencer na vida”, submetam-se às precárias condições de trabalho do setor.

Tal configuração permite que a exploração da força de trabalho ocorra por diversas estratégias. Uma parcela importante dos trabalhadores habita os alojamentos das obras, situados nos próprios canteiros de obra. O acesso a uma moradia sem custo é uma das vantagens oferecidas na hora do recrutamento.

A existência dos alojamentos nos canteiros de obras é um atributo marcante do setor da construção civil, ainda que seu número venha diminuindo nos últimos anos. O local de moradia e o de trabalho se confundem, e a própria vida do trabalhador passa a ser ditada pelo ritmo da produção, vigiada e controlada até mesmo nos momentos de descanso (Melo, 1993; Minayo, 1986). “As funções de trabalho, descanso, alimentação, etc. são reunidas num só local, sob uma única autoridade” (Valladares et al, 1981,p.69). A sobreposição do lugar de trabalho e do lugar de moradia permite um maior domínio do capital sobre a força de trabalho. Mais do que possibilitar que trabalhadores de outras localidades possam ser arregimentados pelo setor, o alojamento permite que eles trabalhem um número de horas que seria inviável caso tivessem que retornar às suas residências, geralmente localizadas nos subúrbios das grandes cidades (Vargas, 1981).

Dos seis entrevistados, apenas dois: Carioca - que vivia com sua família no Rio de Janeiro; e Guarabira - que morou na casa de irmãos antes de trazer a esposa – não habitaram por algum período os alojamentos. Maranhão e Rodrigues viveram nesses locais até o acidente, onde desempenhavam as ações mais cotidianas, como o descanso e a alimentação:

*“É ... ficava no alojamento, acordava... No dia seguinte, sete horas, às vezes você tomava café da manhã lá mesmo no alojamento, almoço também lá no alojamento, janta...”
(Maranhão).*

e estabeleciam as relações sociais e de amizade, bem como viviam momentos de lazer com os companheiros:

“Eu sempre gostei do alojamento. Não tenho nada a dizer do alojamento da obra, não tenho nada a dizer não. Lá era bom, tinha os colegas, tinha cantina dentro. Era animado” (Rodrigues).

Em alguns casos, devido à intensa migração, até mesmo relações familiares eram mantidas nestes locais:

“Primeiro veio meus dois primos, depois veio eu e o meu irmão. Aí já tinha mais gente na... alojado lá no... Tinha uma base de uns 8 ou 10 parentes” (Itaperoá).

Por outro lado, apesar de ser oferecido como uma vantagem ao trabalhador, os alojamentos, não raramente, são improvisados e sem infra-estrutura adequada para garantir boas condições de moradia. Falta de higiene, insuficientes instalações sanitárias, superpopulação, falta de privacidade e de áreas para lazer são algumas das deficiências encontradas. É comum a ocorrência de doenças infecciosas nestes locais, assim como intoxicações e diarreias (Silva et al, 1993). A presença de mosquitos e a comida de pouca qualidade eram características rotineiras para os trabalhadores que, pelas circunstâncias em que viviam, acabavam por aceitá-las, numa contradição entre a falta de opção, a resignação e a escolha:

“Dentro da obra é totalmente diferente de você estar dentro de um apartamento, banheiro arrumadinho, o chão é na cerâmica. Na obra é tudo coisa jogada mesmo, tudo bagunçado. Os banheiros é feito de qualquer jeito, os cara usa e não dão descarga, fica aquela “ceborrera” do caramba. Mas a gente era obrigado, se sujeitava a cada coisa [...] Se sujeitava assim, eu digo assim, às vezes a gente não tem muita opção, então a gente é obrigado a agüentar aquilo ali, né? Passar por banheiro sujo e ter que usar assim mesmo. É f... Não me arrependo de nada que eu fiz, não, porque eu gostava, apesar de ser um serviço brutal, mas foi o que eu escolhi pra mim, nunca gostei muito de estudar” (Maranhão).

Aos trabalhadores que não utilizavam os alojamentos, em decorrência dos baixos salários pagos à categoria, cabia morar nas favelas ou nas periferias dos grandes centros, em habitações modestas. Locais freqüentemente carentes de saneamento básico. Viviam com pouco ou nenhum conforto material, com escassa alimentação, vendo-se obrigados, muitas vezes, a optar por alimentar a si ou à sua família (Minayo, 1987).

Quando analisamos a construção civil, ou qualquer outro setor, é importante que cada dado obtido seja analisado em relação aos outros e ao todo. Eles se influenciam e estão intrinsecamente conectados; cada nova informação dá uma nova configuração ao conjunto. Assim como a existência de alojamentos é uma das

características da construção civil que se relaciona à migração, esta última é intimamente ligada ao tipo de processo de produção (Fischlowitz,1966). Estes fatores não apenas caracterizam o setor, como também são determinantes quando analisamos as condições precárias de trabalho e as formas de gestão da mão-de-obra (Borsoi, 2002).

No vento Sem lenço nem documento.

Às precárias condições de moradia, tanto nos alojamentos como nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, alia-se o processo crescente de deterioração das condições de trabalho que tem atingido o setor nos últimos anos. O aumento da rotatividade, a ampliação da jornada de trabalho, a burla dos encargos sociais, a inobservância das medidas de segurança são alguns desses fatores que propiciam o processo de precarização e apontam para uma a forma de gerência que prega a economia a qualquer custo, bem característica da construção civil.

A rotatividade é um dos traços marcantes do setor devido a sua forma de produção, em que as diferentes etapas necessitam de qualificações distintas. Soma-se o fato de que ao término de um serviço a empresa não necessita mais dos empregados até o início de outro. Logo, a rotatividade refere-se tanto à produção, quanto à mão-de-obra.

Cada obra é realizada num determinado período de tempo, que varia de acordo com sua complexidade, sendo marcada por diferentes etapas e atividades. Poucos são os profissionais que ficam contratados ou participam durante todas as fases da construção, mas nada garante a manutenção dos seus empregos após o fim dela. Caso a empresa não possua outros serviços sendo realizados, muitos de seus funcionários são demitidos. “Os contratos de trabalho na construção civil acompanham a instabilidade deste setor, ou seja, adotam o regime de curta duração para poder enfrentar a oscilação dos períodos de concorrência empresarial” (Souza, 1983, p.152):

“Eu trabalhei... eu comecei a trabalhar em 93 e me acidentei em 98, são cinco anos. Durante esses cinco anos eu trabalhei numas três ou quatro empresas” (Maranhão).

Essas informações contribuem para o entendimento das precárias condições de trabalho e dos altos índices de acidente. Enquanto a mobilidade da produção é utilizada como justificativa para a improvisação dos canteiros (em que se ressalta a falta de investimento em equipamentos de proteção coletiva), a alta rotatividade da mão-de-obra fundamenta o discurso que justifica a ausência de treinamento adequado a seus funcionários. Essa combinação resulta em trabalhadores despreparados, realizando atividades em condições arriscadas: trabalhos em altitude, com materiais tóxicos (cimento, gás, tinta, cal,etc.), com maquinário perigoso (serras, guias, guindastes,

martelos hidráulicos), e de grande esforço físico; são alguns dos riscos presentes neste setor. Riscos que são potencializados pela não-utilização de materiais de segurança – que não são disponibilizados ou não são adequados ao trabalho ou ao clima –, pelo emprego de equipamentos ultrapassados e sem manutenção e pelo discurso empresarial que culpabiliza o trabalhador pelos acidentes (Borsoi, 2001; Minayo, 1986; 1987).

Por ser uma indústria itinerante, a empresa é obrigada a desmontar sua estrutura e reconstruí-la na próxima obra, o que impossibilita estabelecer um fluxo contínuo na produção e a introdução de inovações tecnológicas significativas. A rotatividade da mão-de-obra inviabiliza a utilização de novos métodos de gestão e desenvolvimento de pessoal. Com isso, as empresas, em geral, preferem investir nos métodos “tradicionais” de construção e apropriar-se dos conhecimentos dos operários, já que isso não acarreta nenhum custo adicional (Vargas, 1981).

Devido à dificuldade de otimizar a produção a partir da intensificação do trabalho, o modelo de obtenção de mais-valia disseminado no setor é o de aumento do tempo de trabalho. As empresas utilizam as horas extras, indiscriminadamente, como artifício para aumentar a jornada de 44 horas semanais dos funcionários da construção civil e burlar a legislação. Este artifício extraordinário (hora extra) é utilizado ordinariamente. É uma prática cotidiana já absorvida pelos funcionários do setor, representando um aumento real da jornada de trabalho semanal. Essas artimanhas são empregadas tanto para o cumprimento dos cronogramas previstos (Silva et al., 1993), quanto para evitar a contratação de novos trabalhadores. A ampliação da jornada de trabalho faz com que esses operários trabalhem até 5 horas além das 8 horas prescritas. Diante de um salário reduzido, os ganhos com as horas extras tornam-se irresistíveis, chegando a um acréscimo de até 70% na renda mensal:

“A gente trabalhava até as oito, até as dez. De sete da manhã as oito da noite, dez. Às vezes a gente pegava uma tarefa e fazia até as oito e meia... dez. Eu tinha o salário e hora extra. [...] É realmente você estando trabalhando é aquilo que eu falei, tem uma hora extra, você trabalha um domingo, um sábado e aí acrescenta mais uns cinqüenta conto no salário” (Mineiro).

Conforme as entrevistas, tal estratégia obtinha sucesso no sentido de direcionar todas as forças e investimentos dos trabalhadores na execução de seu serviço, o que era recompensado financeiramente no fim do mês:

“Nosso horário normal era oito horas por dia, que era das sete às quatro, mas daí dependendo da obra, a pressa do cliente, o dono da obra, você tinha que trabalhar hora extra, até meia noite, até dez horas.[...]Era normal, a gente já tava acostumado. A gente achava até bom, que chegava cansado e aí era só mesmo tomar banho e dormir. No final do mês também era melhor pelo dinheiro. Uma hora-extra ajuda muito” (Maranhão).

Simultaneamente ao aumento da jornada eram utilizadas outras estratégias de intensificação do trabalho como o pagamento por metragem e/ou por serviço. Estes operários, além de trabalharem por mais tempo, faziam-no em um ritmo mais intenso, visto que seu salário era diretamente vinculado à sua produção:

“As tarefas eram por fora, entravam como hora extra. ‘Tem isso aqui pra fazer valendo até as dez da noite’ então se você pega as sete e terminava as quatro, seis horas, você estava ganhando aquelas horas até as dez. Aí tudo isso acrescentava no salário” (Mineiro).

Além disso, o pagamento dos direitos trabalhistas também era marcado pela burla, sendo várias as manobras referentes à assinatura da carteira de trabalho, o que muitas vezes dependia do intermédio do sindicato da classe:

“A carteira demorou... não sei, não sei quanto tempo demorou não porque nós tava trabalhando de carteira branca, o sindicato andou lá, não tem esse problema do sindicato que anda aí? Andou lá e disse que queria nossas carteiras assinadas em 48 horas. Ai eu assinei a carteira” (Rodrigues).

Em alguns momentos, o próprio trabalhador demonstrava benevolência com a empresa pelo não pagamento dos encargos sociais, uma vez isso se revertia em um aumento significativo do salário:

“Trabalhar com carteira assinada é uma coisa, trabalhar sem carteira assinada é outra. Carteira assinada é bom sim, mas o salário...Quem trabalha com carteira assinada vai receber o salário do sindicato, uma mixaria danada. E eu sem carteira assinada ganhava na faixa dos mil e pouco” (Itaperoá).

É importante ressaltar que a situação supracitada é exceção à regra, já que uma grande parcela dos trabalhadores contratados informalmente não obtém, em decorrência

disto, aumento de salário, sendo simplesmente privada dos benefícios que a contribuição trabalhista lhes garante.

Outra forma comum de desrespeito às leis trabalhistas é a contratação de um trabalhador para determinada função, em geral de menor salário, e seu deslocamento para outra mais bem remunerada. Devido ao aprendizado acontecer no exercício profissional, na relação ajudante/servente-oficial, muitas vezes o ajudante passa a desenvolver as tarefas de um oficial sem que receba a promoção de fato:

“Eu tava como servente, eu tava enchendo carrinho de pedra. Depois o mestre me botou pra trabalhar junto com os carpinteiros. Ai eu fui, quando eu tava trabalhando com os carpinteiros que aconteceu o acidente comigo. Mas a minha carteira ta como servente, não ta como carpinteiro e eu tava fazendo serviço de carpinteiro” (Rodrigues).

Quanto é que vale um peão?

Somado à desproteção social resultante do não-pagamento das contribuições trabalhistas, os locais de trabalho são muitas vezes marcados pela desproteção resultante do descumprimento das normas básicas de segurança. Guarabira, por exemplo, demonstra como a relação entre a falta de equipamentos suficientes para todos e os riscos inerentes à produção (construção de lajes com a utilização de fôrmas de madeira) pode resultar num acidente que atinge diversos trabalhadores:

“Tinha dez cintos de segurança pra vinte a trinta homens. Então quem chegava lá não tinha. Tudo era perigoso lá em cima. Colocava aquelas fôrmas malucas. Pesa pra diabo. Se nego vacilasse um pouquinho descia geral” (Guarabira).

Alguns relatos indicam que a preocupação demonstrava ser maior com uma possível fiscalização, com o não-pagamento de multa, do que com a segurança dos trabalhadores. Nessas empresas, a política de segurança seria então guiada por uma relação de custo-benefício cujos investimentos para prevenção de acidentes eram considerados ônus.

“... às vezes a gente usava [o cabo aéreo]. Nesse dia [do acidente], até o momento não tinha, não. Às vezes, quando a fiscalização batia em cima, aí a gente tinha que improvisar algumas coisas: botar as cordas, botar o cinto, que eles viam mesmo. Aí caso não tivesse, tinha que pagar multa, essas coisas” (Maranhão).

A esse contexto, acrescenta-se a disseminação de uma política de culpabilização do acidentado que tenta inculcar nos trabalhadores - o “lado fraco” - a responsabilidade sobre sua segurança e, conseqüentemente, sobre seus acidentes. A designação do culpado ocorre ainda que não faça sentido para alguns trabalhadores. Mineiro relata claramente essa contradição, quando afirma que “sempre culpam alguém e sempre a pessoa não tem culpa”. Essa política encobre e negligencia os demais determinantes que contribuíram para a ocorrência do acidente, chegando ao extremo de culpar o próprio “morto”:

“... geralmente a corda só arrebenta do lado fraco, mesmo que a pessoa morre tem alguém pra culpar o morto ainda. [...] Sempre tem a culpa, sempre culpam alguém e sempre a pessoa não tem culpa. Porque essas coisas quando vê já aconteceu. No caso do acidente, quando você vê, o acidente já aconteceu” (Mineiro).

O uso de equipamentos de proteção individuais (EPI) em detrimento dos de proteção coletiva é uma dessas estratégias que geram a culpabilização do trabalhador. Como o equipamento passa a ser anexado ao corpo do operário, o seu uso torna-se sua estrita responsabilidade e, com isso, sua segurança também. No entanto, a utilização do EPI não apresenta um ganho real de segurança, visto que não previne o acidente, mas apenas minimiza os seus efeitos. Assim, em determinadas situações estes equipamentos acabam tendo mais a função de inculcar a culpa do que proteger:

“... você estando trabalhando no chão, não tem como você evitar o acidente. A não ser no caso de estarem desmontando uma laje, porque se você for passar por ali você está procurando, então você procura evitar. No chão não tem como trabalhar com equipamento, a não ser capacete e bota de couro. O resto, você não vai pisar no prego por querer, a não ser se você descuidar. ‘Ah porque eu tou de bota nova eu posso pisar no prego.’ Não, o prego pode furar a bota e machucar o pé. São coisas que a gente tem que prever” (Mineiro).

Além disso, muitas vezes o seu uso é desconfortável:

“Eu usava [bota] mas não sou muito chegado a usar não. Usava mais tênis, entendeu? Capacete, eu gostava de capacete, mas dá uma dor de cabeça do caramba. Quando é pra bater laje eu trabalho de capacete, mas quando não é pra ficar no

tempo [em locais descobertos], eu não trabalho não.”
(Itaperoá).

Essas práticas de precarização são agravadas quando ocorrem numa categoria cujo processo produtivo apresenta alto grau de periculosidade e suas condições de trabalho são historicamente críticas. Tal conjunção faz com que os acidentes representem uma realidade próxima da vida destes trabalhadores, com a qual são obrigados a conviver e acabam por acostumar-se, banalizando esse acontecimento extremo, naturalizando-o:

“... de repente chega alguém: você conheceu fulano? Conheci. Pô, tal dia assim ele morreu. Aconteceu um acidente com ele, e ele morreu. Se você trabalha com a pessoa de manhã, de tarde vai pra casa e a às vezes no outro dia tem a notícia: morreu”
(Mineiro).

Quase todos têm histórias para contar sobre acidentes acontecidos com amigos, parentes ou experiências próprias. Os casos do Itaperoá e Guarabira refletem bem essa situação. O pai de Itaperoá, também carpinteiro da construção civil, foi vítima de um acidente de menor gravidade, também com a serra elétrica. Guarabira perdeu seu irmão, também operário da construção civil, num acidente de trajeto na Barra da Tijuca. Histórias tratadas com uma naturalidade que demonstra o caráter ordinário, cotidiano, desses eventos:

“Eu só tive uns dois a três acidentes só. Mas coisa mesmo de quinze dias” *(Guarabira).*

Em alguns casos, eles vivenciaram situações que guardaram fortes semelhanças com as dos acidentes sofridos. Infelizmente, esses presságios foram muitas vezes ignorados. Tomado o “susto”, voltava-se à rotina. Rotina, da qual o acidente fazia parte:

“Cheguei a ficar dependurado duas vezes, mas no cinto. Duas vezes fiquei pendurado no cinto. Morava em São Paulo. Na segunda queda, se eu caio eu morro, porque no lugar que eu tava além da obra ser... ter dezessete metros de altura, eu ainda tava num túnel assim, que ainda tinha mais ou menos uns dezessete, dezoito metros mais pra baixo ainda. Aí davam quase 40 metros de altura, aí fiquei pendurado. Aí na hora dá aquele baque ruim, né? Porque, pô, pelo susto, mas depois

você volta ao normal. Eu fiquei pendurado por alguns minutos ali, aí depois você volta ao normal” (Maranhão).

Em alguns casos o espaço de tempo entre este “prenúncio” e o acontecimento foi tragicamente próximo. O acidente ocorrido no dia anterior quase impediu Guarabira de trabalhar no dia do acidente que o incapacitou. No entanto, era o dia do pagamento...

“Na quinta feira eu quase que ia só. Quase... naquele dia, na quinta feira, o ajudante puxou a tabua e eu tava na ponta, se eu levo pra cá tinha ido. Joguei o corpo pra dentro da, do [edifício]... Quase que eu ia [caía] sozinho. Aí no outro dia, na sexta feira quase que eu não ando, vou não, vou hoje mais não... Mas hoje é o pagamento, aí fica ruim, aí tem que ir, né? Foi quando...” (Guarabira).

Os Acidentes anunciados.

Os acidentes atingem quase que indiscriminadamente todas as categorias de trabalhadores da construção civil. Basta ser operário do setor para estar sujeito a um grande risco de acidentar-se. Os seis casos singulares que relatamos possuem diferenças e semelhanças, mas todos carregam a marca da tragédia e a sensação de que poderiam ser evitados.

O acidente atinge desde pessoas sem experiência, como Rodrigues que tinha menos de dois anos na profissão e estava aprendendo a função de carpinteiro, até pessoas mais experientes como Mineiro e Guarabira que estavam próximos de completar o tempo necessário para aposentadoria:

“É, eu era carpinteiro. Trabalhei mais de trinta anos de carpinteiro. Comecei a trabalhar e aí a situação melhorou, ganhava mais algum qualquer. E agora, infelizmente, há quinze anos atrás aconteceu isso comigo” (Guarabira).

Ou seja, quando se analisa um acidente, ainda que a experiência seja de grande importância - principalmente diante da grande rotatividade do setor e do processo crescente de desqualificação da mão-de-obra – ela por si só não explica suas causas. Tanto os trabalhadores jovens, quantos os experientes estão sujeitos a acidentes.

A falta de condições de segurança é um sinal claro de que pode acontecer um acidente naquele local, como o caso relatado por Guarabira, que quase se acidentou na véspera. Só que nem sempre, pelas mais diversas razões, estes avisos são ouvidos. Seja pela empresa, por motivos nem sempre éticos, seja mesmo pelos empregados. A

negligência da empresa chegava ao ponto de exigir que os trabalhadores improvisassem os equipamentos que deveriam garantir-lhes segurança para executar seu serviço:

“Aí no outro dia, na sexta-feira quase que eu não ando, vou não, vou hoje mais não. Mas hoje é o pagamento, aí fica ruim, aí tem que ir, né? Foi quando... [...]Tava trabalhando, a gente tava fazendo lá um andaime, aí eu lixo na parte de fora, nós caímos da... você não passa nessas obra aí? Você não vê aquelas coisas por fora. Tava dentro daquela bandeja, igual a uma bandeja É, nós tiramos a do quinto andar, tiramos do cinco e o outro... Desmontando! Tiramos do cinco, botamos no décimo. [...] Tinha um no primeiro e um no cinco. A do cinco nós arrancamos, botamos no dez. A gente tava fazendo, tava improvisando [...] Aí pôxa, quando nós tava terminando, fazendo o canto, que havia um canto assim. Aí quando nós tava montando esse canto aqui, só faltava uma tábuia só. Aí quando nós colocamos a tábuia, aí o andar que quebrou, aí desceu com tudo, todo mundo lá embaixo” (Guarabira).

Nessa situação, vê-se claramente a insegurança em que trabalham estes homens, os quais, num instante em que “não dá tempo nem de lembrar de Deus”, têm suas vidas drasticamente modificadas ou interrompidas. Não obstante, ainda há o agravante de algumas empresas tentarem mascarar sua negligência “maquiando” o local do acidente:

“[...] Só quis fechar os olhos, não deu nem tempo de lembrar de Deus! [...] Desceu todos os três. Só não desceu o servente que tava na laje. Os que tava na bandeja desceram todos. Caíram... Só um que morreu... Morreu um, e o outro que caiu que não teve nada, só ficou meio...(maluco). É, e não quebrou, né? Ele não quebrou assim igual a gente que quebrou. Ele caiu por cima de mim. O que tava aqui caiu em cima das minhas costas, caiu por cima de mim. O primeiro caiu, rapaz., direto. O que bagaçou [morreu]. O outro caiu em cima de mim, entendeu? Aí não vi mais nada. Me veio alguma coisa depois de dezesseis dias desacordado.[...]. E depois que todo mundo tava sentado eles vieram e botaram o cinto de segurança em cima da gente” (Guarabira).

Caso fossem utilizados os equipamentos de segurança apropriados, acidentes como esses poderiam ser evitados, ou pelo menos terem minimizado seus efeitos que, nas palavras do próprio Guarabira, teriam se reduzido a “alguma porquerinha”:

“Não, não teve nenhum motivo pelo seguinte, teve o motivo de segurança, né? Se tivesse segurança não tinha acontecido, tinha acontecido menos. Se tivesse um cinto de segurança pra gente se segurar, que não tinha [...] ficava pendurado, podia dar uma lesão, alguma porquerinha. Mas, morrido, acho que não tinha não. A segurança era muito pouca” (Guarabira).

Aliás, a falta de equipamentos de segurança aparece na explicação de outros acidentes. Sob a neblina, que muitas vezes encobre a negligência, encontra-se um trabalhador que não deveria desempenhar aquele serviço, dadas as condições adversas, e a falta dos equipamentos essenciais para garantir sua integridade física no caso de um acidente.

“Acordei de manhã cedo, era um dia normal, fui pra obra, e lá, logo de manhã cedo, a obra ainda tava neblinada, né? Logo de manhã cedo assim que eu subi pra obra ocorreu o acidente. Antes da sete e..., sete e quarenta, sete e cinqüenta, por ai assim mais ou menos o horário que eu caí. [...] Ah, eu caí no...Eu soltei o cinto de segurança, quando eu fui tirar o pé de um lugar pro outro eu escorreguei na peça... e aí caí. Você tinha que soltar o cinto. Ou soltar o cinto ou usar os cabos aéreos, de uma ponta a outra da estrutura, pra você colocar o cinto nele, mas na obra não tinha esse cabo aéreo, não [...] Peça de ferro, peça de alumínio. Estrutura metálica é alumínio. Aí eu escorreguei. As peças são tudo pintada, né? Então a obra ainda tava neblinada ainda, tava liso pra caramba, aí quando eu soltei o cinto que eu fui passar de um lugar pro outro, aí eu escorreguei, caí. Caí em cima de uma, de umas pedras assim que é mais duro de que talvez esse chão aqui. Aí já quebrei a espinha logo, que eu já não senti mais nada quando eu caí, daqui pra baixo já não sentia mais nada. Assim como eu to hoje eu já fiquei logo na hora” (Maranhão).

Entretanto, a ausência desses equipamentos não é o único fator que determina o acidente, pois, muitas vezes, ela é só mais um dos desmazelos na política de

segurança da empresa, “neblinado” pela “consciência culposa” do trabalhador (Cohn et al., 1985):

“[...] aconteceu que eu subi na obra como num dia normal e aí quando eu fui me deslocar de um lado pro outro eu escorreguei. Não sei se foi imprudência minha ou do encarregado de me mandar subir naquela obra neblinada ainda, né? E isso não é normal, o encarregado só pode deixar você subir quando a obra estiver seca. A peça já é redonda, a tinta é aquela tinta metálica, então fica um troço muito liso, né?”(Maranhão).

Além de lidarem com atividades extenuantes e de encontrarem-se expostos a constantes riscos, esses trabalhadores se defrontam com condições totalmente insalubres, como no caso do Mineiro, que antes do acidente trabalhou em meio ao esgoto, resultado de um entupimento:

“... o dia hoje ta fazendo ano, dia 6 de agosto de 98, voltei pra trabalhar seis e pouca da manhã, seis horas, sete, oito horas aconteceu o acidente. [...] tinha o muro do vizinho pronto e ia fazer outro muro. Então ia fazer outro muro pra usar... porque se você tem sua casa e tem um muro do vizinho, você não pode usar o muro do vizinho, você tem que fazer um seu pra evitar problemas. Então a gente tava fazendo o muro, pra poder fazer outra coisa em cima daquele mureco, pra não utilizar o muro dele. Aí...tem umas estacas de trilho, de linha de trem que faz pra escoramento, então ali depois se o cliente quiser cortar depois pra aproveita pra formar coluna por ali, nós faz. Se não, depois de pronto a gente corta aqueles trilhos.Mas aí antes, no período que a gente tava trabalhando, tinha muita água no terreno, o terreno tinha muita água muito entupimento. Tinha muita água de esgoto que corria pra dentro do terreno. Aí uma semana atrás a Cedae teve lá pra ver que tipo de serviço poderia fazer, aí falaram: depois a gente volta aí. Depois volta aí, aconteceu” (Mineiro).

Uma ordem mal dada, nesse contexto, pode resultar num acidente “fatal”, conforme as palavras de Mineiro, que atinge diversos trabalhadores. Uma análise mais

detalhada das condições da obra, uma simples orientação poderia ter evitado o infortúnio:

“Eles tinham cortado aqueles trilhos que estavam escorando o muro e pronto, caiu... o muro em cima da gente.[...] O muro tinha 80 centímetros de largura e 100 metros de comprimento. Tinha dois metros, três metros de altura, o tijolo era de barro maciço. [...] não morreu porque Deus achou que a gente não deveria morrer mesmo. Mas que foi fatal o negócio, foi. [...] Ai eu fracturei, quebrei a clavícula e o braço atrofiou, até hoje não tem força no braço nem pra pegar um copo d’água. Ai a minha mão... não consigo abrir a mão, fechar. É a vida... que continua né?[...] Nós éramos quinze. Quem machucou mais fui eu, que quebrei a clavícula. Os outros quebraram braço, arranharam e um morreu. Eu fiquei aleijado. [...] Se tem alguém orientado pra dizer não tira esse escoramento, deixa pra tirar depois, poderia ter evitado agora esse problema. Mas é coisas que... é muita cabeça pra pouco miolo de pensar, né? Ai acontece dessas coisas...” (Mineiro).

Existem outros fatores que também permeiam o acontecido e que não devem ser desconsiderados, ainda que não possibilitem o estabelecimento de um nexos causal direto. O tipo de relação mantida com a gerência seria um desses exemplos⁶:

“Não, ninguém falou [que o muro poderia cair] porque era ordem do chefe, era ordem do mestre. Ninguém tem que falar nada! Se o mestre falar assim: ‘você vai derrubar essa casa’ - você vai derrubar. Você tem que fazer aquilo que ele pediu pra fazer” (Mineiro).

A tecedura das condições insalubres e arriscadas, das tarefas extenuantes e de uma relação vertical e autoritária com a gerência, gera a falta de esperança em relação à prevenção dos acidentes, que os faz parecer naturais, eternos, rotineiros. Percalço que “acontece toda hora” e “não tem como acabar”:

“Ah é difícil, não tem como acabar. Acontece toda hora. Acidente e morte toda hora acontece, então não tem como acabar. Parar tudo, não pode parar. Tem que movimentar alguma coisa então... vamos rodando desse jeito mesmo.

⁶ Dwyer (1994) afirma que uma relação entre trabalhadores e comando marcada pelo autoritarismo contribui para a produção de acidentes de trabalho.

Acontece hoje com um, acontece amanhã com outro. Quem dá pra sobreviver vive, quem não dá... desce a terra e vai levando” (Mineiro).

Há acidentes, como o de Rodrigues, em que à primeira vista todas as normas de segurança estão sendo observadas. Apresenta-se como uma mera casualidade, como um azar, sensação que é reforçada pelo fato de ter ocorrido num dia em que ele nem pensava em trabalhar:

“É, eu estava morando no alojamento. Eu tinha ido pra casa do meu colega, no domingo. Lá eu passei o dia com ele e eu falei assim: eu vou [voltar para o alojamento], mas não vou trabalhar não que eu tenho que ir no banco pra sacar um dinheiro, pra mandar pro norte. Ai eu cheguei na obra, eu dormi. Dormi até 8 horas, ai o mestre de obras chegou correu de lado, me viu – ele só me chamava de Rodrigues, seu Everaldo. Falou assim:

- Ei Rodrigues, não vai trabalhar hoje não?

-Não vou não, pode dar baixa no meu dia – eu falei pra ele – pode dar baixa no meu dia que não vou trabalhar hoje não.

Ele falou:

- Não rapaz, pra tu não perder o dia vai só amarrar aquele pilarzinho lá” (Rodrigues).

“Só amarrar um pilarzinho”, os equipamentos de proteção individual todos em ordem. Que mal poderia acontecer? Só com muito azar...

“Eu fui, pilarzinho pequeno. Eu fui amarrei três arames, ficou só um entendeu? Ai 9:48 eu desci, eu tomei um café, comi um bolo. Dez horas eu subi às dez... eu só fiz subi dez horas eu subi por dentro do prédio, passei por baixo da torre, o arame que eu botei eu puxei e eu caí. Eu caí de uma altura de 16 metros, quase 16 metros, 15 e 70 [metros], do quinto andar. Eu caí e o cinto me aprumou, entendeu? O cinto me deixou em pé, o cinto me deixou em pé... e eu me agarrei com o cinto, eu me agarrei com o cinto ele rasgou e eu desci em pé. Eu tava com o cinto e o cinto não me agüentou. [...]Eu tava com os equipamentos todos: capacete, bota, mas o problema foi o cinto. Ele me aprumou ta entendendo? ele me deixou em pé, ai

quando eu me agarrei com ele , ele rasgou. Agora eu não sei aonde, se ele rasgou eu não já não vi mais nada. Já tornei, já tava com as duas pernas quebradas, braço. Quando soltou eu já não lembro, eu lembro quando já tava no chão todo quebrado. Diz que eu fiquei muito feio, foi uma pancada que eu tomei neste olho também. Ele disse que eu tava muito feio, era sangue pra todo lado, essa perna o osso tava pra fora” (Rodrigues).

Uma análise mais detalhada, entretanto, revela que outros fatores referentes às condições de trabalho - o andaime inadequado e a velocidade que suas tarefas eram executadas para receber um melhor salário - permearam esse acidente e podem tê-lo determinado:

“O que devia ter sido feito, em vez daquele andaime que eu fazia, tinha que ter sido feito um andaime mais largo um pouco. O andaime era pequeno, era estreitinho, 50 cm. [...] Não sei se era porque eu trabalhava rápido também, que eu só trabalhava atarefado, só trabalhava atarefado. Eu fazia a tarefa mais rápido, eu fazia mais hora-extra pra eu ganhar mais dinheiro, entendeu? Eu sempre trabalhava mais adiantado pra eu fazer mais hora extra que era pra vim um pagamento mais gordo” (Rodrigues).

Apesar da menção dessas variáveis e da construção de hipóteses plausíveis, fundamentadas nelas, sobre as causas do acidente, algumas vezes parece ser mais confortável acreditar em outras explicações, em um discurso fatalista e transcendente que afasta a idéia de que o acidente e todo o sofrimento poderiam ter sido evitados:

“Mas não dá pra lembrar uma coisa porque aquilo aconteceu, não. Eu acho que era pra acontecer, entendeu? No dia que tem que acontecer mesmo não tem jeito de você sair. Eu tenho pra mim que tudo acontece num dia só. Depois disso eu passei a acreditar que se tem que acontecer alguma coisa com você, acontece mesmo. Por exemplo, se eu tivesse lá no Maranhão, que nem eu disse pro meu pai, se eu tivesse lá no Maranhão, se tivesse que acontecer esse acidente tinha que te acontecer. De um jeito ou de outro. Se era pra mim passar isso na minha

vida, então? Estava escrito de eu passar... eu acredito assim, entendeu?” (Rodrigues)

Em outros casos é difícil tentar explicar o que determinou o acidente, já que tudo parecia estar sob controle: a serra elétrica era nova, ele não tinha “nada pra fazer” – descartando, com isso, uma possível pressão exercida pela empresa – e ainda assim o acidente aconteceu:

“Eu levantei de manhã aqui, fui pro trabalho. Aí quando eu cheguei lá num tinha nem nada pra fazer. Eu só ia botar uma tauba direta pra fazer a divisória e esperar um caminhão de concreto que ia chegar, concreto pronto. Eu só ia fazer isso mesmo e o resto do dia só ia ficar lá cumprindo o resto do dia, no trabalho, não tinha nem nada pra fazer e aconteceu isso, foi as 8:15 mais ou menos. Eu peguei uma tábuia, destas tábuia de um metro, de trinta de largura, pra tirar três sarrafos de dez. Aí eu aqui com a tabuia assim, ela impanca. No que ela impanca aqui, aí eu suspendo ela, no que eu suspendo, vai direto, vai direto. Ela travou, no que ela travou eu suspendi, no que eu suspendi que baixei de novo ela foi de vez.[...] a serra tava nova. [...] Descuidar eu não descuidei, é isso que eu estou te falando. [...] É a situação, mas eu tou tranqüilo, pior se tivesse rolado a mão né?” (Itaperoá)

Muitas vezes são tantas as informações relativas ao acontecimento que prejudicam o seu entendimento. Uma sucessão tão grande de imprevistos pode fazer com que, a partir de uma leitura simples, um acidente pareça uma mera casualidade, sem relação alguma com o trabalho. Entretanto, o prolongamento excessivo da jornada, por exemplo, é uma pista que não pode ser ignorada:

“Esse dia de trabalho pra mim foi normal. Tava até mais tranqüilo, uma coisa sem muito abalo... naquele dia não estava cansado, tava descansado, foi um dia tranqüilo pra mim, não tinha um abalo geral, entendeu? Só tava um caminhão fora, o restante já tinha chegado por volta de umas três horas da tarde, os motoristas já estavam praticamente sendo liberados, e foi quando aconteceu... um caminhão deu defeito, o caminhão era novo, aí teve que levar um mecânico, lá tinha um mecânico no depósito, e fomos correr atrás, né? Aí corre atrás,

o caminhão não podia mexer porque o caminhão era novo, aí fica naquela de mexe não mexe, mexe não mexe, aí tinha uma festa lá, aí o caminhão ficou praticamente sem saída. E foi dando um jeito até liberar o caminhão. Aí quando chegamo no depósito já era bastante tarde, aí era por volta de onze e meia, meia noite. Onze e pouco da noite, por aí...” (Carioca)

Assim como a realização de uma tarefa que não competia ao trabalhador:

“Liguei pro engenheiro pra mim passar da rota, pra passar da minha rota, que até a minha casa eu já eu já tinha essa liberdade de pegar o carro e ir pra casa com o carro da empresa. Então tive que levar o motorista na casa dele. E o acidente, quando eu voltei, o acidente também foi uma coisa ... assim, acidente você nunca espera, né? E foi uma coisa boba, entendeu?” (Carioca).

Apesar da importância desses aspectos, uma sucessão de acontecimentos inesperados, como deparar-se com uma perseguição policial, reforça a explicação do acidente como um “azar”, como uma fatalidade dissociada da atividade laboral:

“Coisa boba, próxima a, não sei se é favela, né, não sei como é o nome daquilo não. Tava vindo pela Cesar de Melo, o carro desceu, a polícia atrás do cara e eu de frente, eu tava na Kombi, desviei, quando desviei perdi a direção. Atravessei as três pistas. Perdi a direção, que a pista ela fazia assim. Aí uma curva e uma descida e nessa descida tinha uma rua, né? E a curva até meio esquisita, essa curva meio... vira e não tem uma estabilidade né. O carro quando você vira pra cá tem vezes que o carro dobra assim. O carro ficava assim meio esquisito na hora. Inclinado pro lado de quem ta dirigindo. Atravessei a pista e pensei que... não tinha ninguém na rua, né? Pensei que alguém tava vindo pra socorrer e desceram vários, gente do morro e começou a revistar o carro, entendeu?” (Carioca).

A vida pós-acidente

O drama não termina no acidente. Na maioria dos casos o acidente é o início para uma verdadeira *via crucis*, marcada pelo descaso, desrespeito e pela negação dos direitos. Em alguns casos as dificuldades se iniciam já no socorro no próprio canteiro de obras:

“Porque eles tentaram retirar, mas não tem como, tem concreto, barro, terra, ferro misturado, não dá como eles tentaram, na pancada. Quanto mais batia em cima mais machucava a gente em baixo. Aí eles apelaram pros bombeiros. Aí eles tiraram a gente. Bombeiro tem mais atividade, eles sabem aonde é que vai pegar, aonde é que vai mexer. Vê como é que tá o coração, a pressão né? Mas aí se você vai tirar, naquela ansiedade de salvar, você arranca até braço, naquela ansiedade” (Mineiro).

Após esse primeiro socorro ainda no local de trabalho a procura de um hospital que o atenda é outra das diversas estações que passarão nessa caminhada pós-acidente. A sorte de ser encaminhado diretamente para um hospital com uma estrutura que permita um bom atendimento, ou especialistas na área referente às conseqüências do acidente, é determinante para minimizar suas repercussões. Diante das condições de grande parte dos hospitais públicos brasileiros esta é uma sorte que agracia poucos. O relato de Maranhão demonstra como este processo se estendeu por vários meses e por diferentes hospitais, não apenas por orientação médica, em função dos procedimentos necessários, mas também por que “eles não tinham ferramenta” para realizar a operação:

“Uns oito meses, por aí. Aí foi prestado socorro lá no Lourenço Jorge, me deram jeito. Do Lourenço Jorge fui lá pra Lagoa. Da Lagoa vim reto pra aqui, era seguro, né? Eu tinha, eu tenho seguro. Que eu sofri o acidente, aí botaram pra aqui. Daí uns cinco meses, cinco mês e pouco, era pra operar mas eles não tinham ferramenta. Não tinha ferramenta e falaram : ‘não, essa operação aí é muito perigosa. Mexer com o corpo do homem todo é meio ruim’. Porque a espinha, ela abriu assim, rachou. A medula fez isso, saiu do lugar, e botaram plástico, abaixo assim. Aí na hora da operação me levaram lá pra baixo, ainda fiquei uma porrada de tempo no HTO [...] e lá eu fiz a cirurgia” (Maranhão).

Essa cena reflete não apenas o que passa o trabalhador acidentado da construção civil, mas toda a população que usufrui as mesmas condições de vida. Além do sofrimento gerado pela indecisão de onde será prestado o atendimento, há também uma luta contra o tempo em que cada minuto gasto nessa procura pode significar uma

perda irre recuperável para o trabalhador. Poucos minutos podem ser determinantes para manutenção ou amputação de um membro. A história de Itaperoá demonstra a inexistência de uma rede de informações que otimize esses encaminhamentos, evitando essa peregrinação por diversos hospitais e suas conseqüências para quem necessita de um atendimento imediato:

“No dia do acidente eu ainda fui nesse aqui da serra o Cardoso Fontes. Preenchemos a ficha, fizemos de tudo e eu não fui atendido. Perdi uns vinte minutos ali [...] É mais próximo (o Hospital Federal Cardoso Fontes), dava até pra ter implantado o dedo ainda. [...] Dava, não tinha passado os 40 minutos, aí quando eu cheguei lá e eu vim pra cá (Hospital Municipal Lourenço Jorge) aí já tinha uma hora. [...] na hora que eu cheguei a medica falou, não dá mais pra implantar não. Aí eu fiquei tranqüilo, não dá ... não dá, vou fazer o que?”(Itaperoá)

Em outros momentos a todos esses fatores acrescenta-se a negligência de alguns profissionais do hospital. Negligência que permite a falta de assistência, por dias a um paciente sem que sua família sequer seja comunicada do acontecido:

“Até fiquei chateado na época porque não tive nenhuma assistência de imediato quando entrei no hospital, só a policia que veio em cima de mim. Aí expliquei a situação, o cara montava, montava mesmo, na mesma tecla, né? Aí foi na hora que eu comecei a me aborrecer com o pessoal lá, aí veio a parte da enfermagem e não tinha médico. [...]Aí quando cheguei lá falaram que não tinha médico, né? Eu, pra mim, o médico tava dormindo. Ter médico tem, porque hospital tem que ter médico, né? Era de madrugada, acho que o cara tava dormindo. Eu consegui ser atendido por volta de umas cinco e pouca da manhã, seis horas da manhã. Quase seis horas da manhã. Já tinha perdido sangue, já tava começando a dar desmaio, né. Eu desmaiava e voltava, desmaiava e voltava. [...] E ali não tinha nenhuma assistência. A carne começou a ficar com cheiro, né, que isso é normal. Mas aí não tive nenhuma assistência lá dentro, nem de apoio, nem de médico, é... vamos dizer, um neuro. Acho que houve uma negligência pra mim.

Não só pra mim mas pra aquele pessoal que tava na época ali, que você percebe que não tinha nenhum tratamento. [...] Aí quando alguém de lá, não sei quem era, me perguntou onde eu morava, se tinha algum telefone, eu consegui passar, foi quando meu pai e meu irmão chegou”(Carioca).

O relato de Carioca demonstra como a falta de assistência não era referente simplesmente à falta de estrutura do hospital, mas também ao desrespeito ao paciente, visto que a chegada de seus familiares e as suas reivindicações garantiram não só o atendimento, como impediram que lhe amputassem o braço:

“Aí começaram a arrumar confusão lá, que eu tava largado, ninguém resolvia nada. Meu irmão, acho que até quebrou um vidro lá. Aí foi lá e deu uma cadeirada no vidro, não sei se quebrou, eu sei que fiquei sabendo disso. E aí sim que eu fui ser atendido. Aí fui subir pro centro cirúrgico, eles faziam curativo e falaram que ia amputar o braço, nessa época, né? E eu não tava nem sabendo, né? Nessa hora já tava desacordado. Quando meu pai falou que não ia fazer isso, não ia fazer isso, aí não amputaram.[...] Se ficasse mais um tempo lá talvez teria amputado o braço. Já queria fazer isso de momento, mas minha família não deixou” (Carioca).

Passado esse momento primeiro do atendimento inicia-se uma nova fase: a do tratamento. Essa etapa possui duração variável e representa para alguns a recuperação e, para outros, unicamente a adaptação a uma nova condição de vida. A volta para o nordeste, para quem deixou a família lá, é a opção mais confortável, ainda que resulte em alguma perda na qualidade da assistência médica. Porém, acostumados com as situações adversas, que insistem em acompanhá-los, tornaram-se experientes em contorná-las. Esta foi mais uma:

“Quando eu cheguei lá [no Maranhão] fui pra uma clínica. Meu pai pagou pra tirar os aparelhos. Cheguei bem cedo. A tarde eu saí, foi só pra tirar os aparelhos. Depois que eu tirei os aparelhos eu, não sei se era a ansiedade que eu tinha já de andar, eu não andei mal não. Já comecei depois que eu tirei os aparelhos e cheguei em casa, amarrei uma corda, que lá tem uns pé de manga, amarrei a corda de um pé de manga pro outro e comecei a andar agarrado na corda Depois da corda

eu comecei a andar de muleta. Aí depois disso to andando”
(Rodrigues).

O acesso a melhores condições de assistência não significou, para aqueles que permaneceram no Rio de Janeiro, a exigência de um menor esforço para aprenderem a conviver com a nova realidade, com as limitações resultantes dos acidentes:

“Aí fiquei operado por dois anos, quase dois anos. Depois que eu fiz a cirurgia eu fui lá pro, pra esse hospital lá no Anchieta pra poder fazer a fisioterapia, da operação. Coisas que você tem que aprender pra poder sobreviver numa cadeira de rodas sozinho. É obrigado a fazer fisioterapia, mesmo que você não vá mais andar, mas a fisioterapia é importante”(Maranhão).

A tentativa de minimizar as conseqüências do acidente fez com que o tratamento, muitas vezes, tenha-se tornado o suporte para manutenção da esperança de voltar a viver como antes. Em alguns casos essa procura transformou-se em suas próprias vidas. O caso de Carioca explicita bem essa questão. Nos nove anos que separaram a entrevista do acidente ele se submeteu a 11 cirurgias, fora outros procedimentos, relatando sua história como um “prontuário”:

“Eu procuro me levar pro outro lado, do tratamento. Já fiz várias cirurgias, entre grandes cirurgias, de porte médio e pequeno. E procuro correr atrás do tratamento. Porque se eu fosse ficar parado já tinha levado alta e não estava no estado em que eu estou. Sempre correndo atrás. No centro cirúrgico mesmo, umas onze cirurgias. Fora as pequenas, médias, que é feita assim em outro setor, né? Lá mesmo no centro cirúrgico foram umas onze cirurgias. Entre cirurgia plástica, ortopedia, esses negócio todinho. Processos gerais, né. Eu tenho um prontuário bastante grande lá dentro”(Carioca).

Ao mesmo tempo em que tentam cumprir os procedimentos terapêuticos estipulados, outra preocupação passa a rondar as cabeças desses trabalhadores: a busca por seus direitos. Essa é mais uma das dificuldades encontradas nessa jornada, quando sua condição de cidadão é novamente questionada e negada. Em alguns momentos, ao iniciar essa nova etapa, o trabalhador é surpreendido, ao saber da pior maneira possível que a empresa para qual trabalhava era “um gato” e sua carteira de trabalho - único pertence que lhe garantia alguma segurança e alguns direitos e estava em posse dos

patrões - ao contrário do que supunha, não havia sido assinada. Com isso, todos os direitos por ela assegurados não poderiam ser exercidos:

“É, então, essa firma que eu trabalhava, a última que eu sofri o acidente, ela era um gato: uma firma pequena e não era legalizada. Ela não pagava as contribuições pro INSS, né? Por isso que o INSS não me pagou até hoje. O médico já deu o parecer dele lá no meu cartão de perícia, mas o INSS não me pagou porque a firma não é legalizada. [A empresa] Não pagou as contribuições pra eles e descobriram que a carteira foi assinada após o acidente. E agora vai demorar demais pra eu receber isso aí, pra eu receber isso aí. Vou ter que arrumar no mínimo três testemunhas da época que eu trabalhava lá. Tem que correr atrás dessas testemunhas aí pra ver se vai dar certo” (Maranhão).

Em outros casos tem-se que ultrapassar as artimanhas de empresas que tentam descaracterizar o acidente, ou mesmo negá-lo, para não cumprir os seus deveres. Conforme mostra Guarabira, logo após o seu acidente um funcionário da empresa tentou apoderar-se de seus documentos. No entanto, um companheiro de trabalho negou-se a entregá-los e eles foram devolvidos a sua esposa. Essa atitude garantiu que sua “folha de aviso” (CAT) fosse devidamente preenchida. O diálogo estabelecido entre o amigo e o funcionário da empresa expõe as intenções desta última, já que a atitude daquele foi interpretada como uma ação contra ela, como um “trabalhar de bandido contra a firma”:

“Quando aconteceu, meu amigo foi lá, chegou lá e foi só pegar meus documentos e entregar. Chegou lá, o cara falou: ‘É o armário do Guarabira?’

‘O que? O que você quer? O armário do Guarabira é meu!’.

‘E os documentos dele?’

‘Tá comigo. Isso aqui eu só entrego à mulher dele. A esposa dele que eu entrego, mais ninguém. Vocês querem o que?’

‘Ah, não, porque pra gente fazer as folhas de ... o aviso, isso e aquilo...’

Aí ele falou: ‘Não, quem vai fazer a folha do aviso dele sou eu agora. Eu que vi, vi tudo e o documento dele não vou entregar a vocês não’

‘Mas que isso, rapaz, você vai trabalhar de bandido contra firma?’

‘Claro, eu vou ser a favor de vocês por que? Eu vou ser a favor do meu amigo. Onde nós chegamos nós trabalhamos, mas colega é meio difícil da gente encontrar, colega bão. E pra mim ele é gente muito boa’” (Guarabira).

Todavia, a requisição dos benefícios previdenciários pelos trabalhadores que possuíam uma condição empregatícia regularizada, com a carteira assinada corretamente, não ocorreu de forma simples. Após o contato com o INSS uma outra jornada de sofrimento e desrespeito iniciou-se, uma vez que a política da instituição parece dificultar ao máximo a aquisição dos benefícios para reduzir os seus gastos. Uma mera desconfiança em relação ao horário do acidente pode alterar sua classificação diminuindo, substancialmente, a renda do trabalhador:

“É, deram entrada como auxílio doença, não como acidente. Pelo que eu fiquei sabendo, na época eles me deram acidente de trabalho, mas os documentos foram mudados depois. Fiquei sabendo que uma pessoa do escritório que falou que tinha acesso a pasta do, da pessoa que cuidava do departamento pessoal. Na época houve uma falta de informação. Pelo que eu tô sabendo eles me deram acidente de trabalho e aí meu pai foi dar entrada, eles não aceitaram no INSS pelo horário que era, esse negócio todinho, meu pai não soube explicar, aí meu pai levou pra lá... Houve uma falta de informação. Eles mudaram a ocorrência, foi quando foi aceito”(Carioca).

Essa política de redução de gastos é reforçada pela posição de algumas empresas, que em muitos casos não querem assumir o acidente de trabalho. Diante disso, cabe então ao trabalhador o ônus da prova, garantir que realmente se acidentou e não está “mentindo”. No caso de Carioca, o INSS utilizou a própria construtora em que ele trabalhava como fonte de comprovação da ocorrência do acidente. Frente a sua negativa coube a Carioca “correr atrás de documento” para provar o contrário:

“Mandaram a carta pro escritório, e o escritório informou pela carta ,isso foi o que eles (INSS) me informaram, que não era acidente de trabalho, que não sei o que, eles nessa época já estavam em época pra fechar, tava sem serviço, não sei o

que... Eu sei que não entendi nada que eles me explicaram. Queria até uma explicação melhor, eles não me passaram nenhuma informação. Só falaram que a empresa se negou a dizer que era acidente de trabalho. Que eu tava mentindo. Foi a lógica que eles me falaram. Ai foi na época que eu comecei a correr atrás de documento, de provar que isso que eles falavam, mostrava aquilo que não era verdade” (Carioca).

Passado esse primeiro contato com a INSS, uma série infinda de perícias, desconfianças e de obstáculos torna-se rotina na vida destes trabalhadores. Alguns, como Carioca, não desistem unicamente pela falta de condições financeiras para abrir mão dos benefícios previdenciários. Contudo, diante da primeira oportunidade ele não hesitaria em abdicar deles para não se submeter às exigências e ao tratamento dispensado pela instituição:

“Aí, agora eu tô botando o pé no chão e começando a estudar e... Nem que eu largue o INSS, por vontade própria. Se eu passar num concurso desse eu saio, porque não dá mais pra agüentar ele não. Tem cada período que... É até horrível de você se lidar, entendeu? E ver o que eles fazem não só comigo, mas com várias pessoas. Eu tô há bastante tempo no INSS, já fiz bastante perícia. Pra você ver a, como é que fala? Você faz ensino superior, e eles fazem com você o que eles querem. Gato e sapato. Com qualquer um lá dentro” (Carioca).

O acesso aos direitos por meio do poder judiciário também é marcado pela dificuldade, parceira de todos os momentos, que acompanha estes trabalhadores desde o nascimento. A falta de informação sobre os direitos relativos à responsabilidade civil das empresas diante de um acidente é um dos impedimentos para que estes trabalhadores sejam indenizados pelo ocorrido. Além disso, outros obstáculos são a coleta de provas e a obtenção de testemunhas. A primeira é dificultada pelas próprias construtoras, que em alguns casos descaracterizam o acidente, modificando o local, incluindo novos elementos como equipamentos de segurança, ou mesmo negando seu acontecimento. Já quanto à obtenção de testemunhas, os colegas de trabalho raramente depõem a favor do trabalhador temendo serem despedidos, enquanto outras pessoas que poderiam dar seu depoimento, quando localizadas, nem sempre estão dispostas a acompanhar um longo processo judicial. Todos esses empecilhos, somados à condição

decorrente do acidente, fazem com que esse percurso seja extremamente penoso ou, como enfatiza Maranhão, difícil de “agüentar”.

“Nem sei se o pessoal vai querer ser testemunha, né? Que uma é a dona Vera, ela já tem mais de 60 anos e eu não sei se a mulher vai estar disposta a, né? Enfrentar juiz, essas coisas todas. E o outro é o dono do prédio onde a gente morava, que também serve como testemunha que pra provar que naquela época do acidente eu morava naquele lugar, entendeu? E o outro é a garota que servia as refeições pra gente, a Fabiana, que também é tudo de lá, tudo de Caxias. Também era de Caxias assim, porque ela trabalhava lá, fazendo as refeições, mas ela morava em Copacabana. E vamos ver se esse pessoal vai.... E tudo isso ainda vai demorar ainda em torno de uns três, quatro anos pra receber tudo isso. Até lá pra sobreviver sem ter de onde tirar eu não sei como que eu vou agüentar isso, não, cara” (Maranhão).

Superados esses obstáculos, surge ainda outro, talvez o mais árduo: encontrar um bom advogado para auxiliá-los. Obviamente, esse é um elemento fundamental em qualquer ação judicial e não apenas referente a questões relativas ao acidente de trabalho. O que deveria ser um procedimento corriqueiro assume uma outra dimensão em decorrência de uma parte significativa dos profissionais que atuam nessa área, que são denominados pelos acidentados e/ou familiares como “advogados papa-defuntos”. Tais advogados os assediam oferecendo-lhes seus serviços e, muitas vezes, possuem até mesmo contato com policiais e hospitais para manterem-se informados sobre novos casos.

Essa categoria de advogados é formada em alguns casos por profissionais de qualidade duvidosa e, em outros, por profissionais de caráter duvidoso. São estes últimos que mais lesam os trabalhadores. Deixam exposta toda fragilidade dessas pessoas desprovidas de recursos e informação. O caso de Guarabira retrata exemplarmente a dimensão que a má escolha de um advogado pode tomar. A demora de seis anos para fechar um acordo, tempo suficiente para tramitação de uma ação judicial que possivelmente se reverteria numa indenização muito superior, e o recebimento de uma quantia em dinheiro de apenas R\$1500,00 sobre a qual foram retirados os honorários e um apartamento indica que os interesses do trabalhador não pautaram a atuação do advogado:

“Indenização. É, eles me deram uma indenização. Eu fiz um acordo, era pra eles me dá um apartamento, me deram um apartamento, até a folha ta aí. Me deram um apartamento e me deram uma quantia em dinheiro. Me deram mil e quinhentos. Foi uns cinco anos, seis anos depois do acidente, não foi? Foi um acordo. Eles me ofereceram um apartamento e uma quantia em dinheiro. Daquele dinheiro eles tiraram o deles” (Guarabira).

A forma como o acordo foi encaminhado deixa transparecer algumas características, no mínimo, questionáveis, senão suspeitas. Desde as contradições entre os sócios da firma em relação aos termos do acordo, a insistência para que Guarabira o aceitasse, até a proposta de se responsabilizar pela venda do imóvel e a oferta de um valor muito abaixo do preço de mercado:

“O velho [advogado sócio do profissional que o representava] falou se ele tivesse ido, não tinha aceitado esse acordo. [...] ‘Fulano fez bobeira de aceitar esse acordo com o rapaz. O problema é dinheiro, não é porra de imóvel não’ [...] Eles vieram quase forçando. ‘É bom negócio. Esse troço vai demorar mais se você não quiser.’ [...] Ele falou: ‘eu vendo’ - ele é advogado e imobiliário, entendeu? É mole? Ele mesmo vendeu pra ele. [...] O apartamento valia quarenta e dois. Ele tava querendo me dar vinte, vinte e dois” (Guarabira).

Quando se pensa na condição de Guarabira, um trabalhador que após o acidente ficou paraplégico, pai de três filhos, única renda da família, o quadro já é por demais sombrio. No entanto, como relata Maria, sua esposa, que devido à condição do marido assumiu a responsabilidade referente às questões judiciais, o caso atingiu proporções inimagináveis. O advogado que os representava, num ato criminoso, os ludibriou, roubando-lhes o apartamento firmado no acordo. Assim, a indenização - que mesmo não podendo reverter as conseqüências do acidente poderia minimizar, diante de um maior conforto financeiro, as suas repercussões - não foi recebida.

Foi prometido o pagamento de uma quantia mensal até a entrega do imóvel, estratégia utilizada para criar um vínculo de confiança entre as partes, mas que em alguns casos é empregada para camuflar as manobras às quais as empresas recorrem para se esquivarem das responsabilidades judiciais. Durante o decorrer da pesquisa foi relatado por um advogado um caso em que uma firma pagou uma quantia mensal

durante 19 anos para um trabalhador acidentado a fim de evitar os custos de uma indenização. Após 20 anos o trabalhador perderia qualquer direito de requerê-la. Esta pareceu ser a estratégia utilizada no caso de Guarabira, comprovada pela surpresa de sua esposa ao chegar no imóvel e constatar que havia diversas pessoas residindo nele e que o mesmo fora comercializado:

“E eles lá, acho que fizeram uma sabotagem, devem ter vendido pra alguém. Foi assim: todos meses eles davam um salário, entendeu? Todos meses eles dão um salário até quando eles entregassem o imóvel. E nunca que entregaram esse apartamento. Eu fui lá [no imóvel] com o cunhado do meu filho. Fui lá e tava cheio de gente morando lá, uma cambalacha ferrada. [...] O apartamento quando a gente foi já tinha acho que três pessoas morado já nesse apartamento. E já tinha vendido.”(Maria)

Após a perda do imóvel, restaram apenas os mil e quinhentos reais, dos quais foram pagos os honorários do advogado, a constatação da dura realidade e a perspectiva de viver com os rendimentos da aposentadoria por invalidez, numa favela do subúrbio carioca.

“O que ele ofereceu, naquela época, ele ofereceu um dinheiro. Ofereceu um dinheiro por esse imóvel. Eu falei que o imóvel era pra vender que a gente comprava uma casinha em outro canto, que a gente não tinha condição, que lá era um lugar pra gente rica. A gente não tinha condição de pagar isso tudo, né? [condomínio, IPTU, etc.] [...]Aí eu falei assim, eu não vou aceitar pelo seguinte, porque não é meu, é do meu marido e ele falou que não ia aceitar isso aí que o que é dele ele quer tudo. Que isso aí é um patrimônio que é pra família. Aí ó, nem patrimônio nem nada” (Maria).

Marcas no corpo, cicatrizes na alma

O acidente de trabalho incapacitante, muito mais que uma mudança, estabelece uma ruptura drástica na vida desses trabalhadores. Ruptura que é recebida com muita dor ainda no hospital, nos primeiros dias de tratamento, quando tomam consciência da gravidade de suas conseqüências:

“Eu fiquei abalado de lembrar o que eu era, e depois me achar naquela situação em cima daquela cama. Eu pra mim, pra mim eu nunca mais ia andar. Eu pensava comigo: rapaz eu nunca mais eu vou andar. Eu só chorava porque eu pensava que nunca mais ia andar. Eu com as pernas cheias de aparelho, todo imobilizado, eu pensava comigo que não ia mais andar. Eu chorei muito, o primeiro mês eu chorei muito. Eu tinha 22 anos quando aconteceu acidente comigo” (Rodrigues).

Percebe-se, então, que muitas coisas mudaram, mas que é preciso “tocar a vida para frente”:

“E é isso aí, cara...No início eu fiquei desesperado, mas depois eu vi que não adianta nada, rapaz. Tocar a vida, né, eu tenho meus braço ainda. Tocar a vida pra frente. Mas é ruim pra caramba. Até nessa idade eu nunca tinha entrado num hospital, nunca tinha sentido nada. Tipo assim, uma gripinha assim que eu tô que nem essa aqui agora, já curava ela rapidinho. Então eu não tinha nada grave a não ser... até um certo momento. Aí fiquei operado por dois anos, quase dois anos”(Maranhão).

Esses trabalhadores são deste modo confrontados com a constatação de que nada voltará a ser como antes e de que é necessário lidar com a deficiência:

“... a seqüela que fica, a marca que fica, né, o que hoje há algum concurso você tem que se jogar, pular pro lado de deficiente, existem pessoas com deficiência maior, pessoas de nascença que realmente tem deficiência, você já se conforma, quer dizer, nasceu. E eu não me conformo em ter ficado assim. Por isso que eu tô em tratamento até hoje” (Carioca).

Essa situação assume contornos particulares no caso dos trabalhadores da construção civil. Por ser uma atividade que possui o corpo do trabalhador como importante força motriz, qualquer acidente que o incapacite funcionalmente impede o seu retorno ao setor.

“Não pude fazer mais nada acabou... a vontade de trabalhar a gente tem só não trabalha porque não tem mais condição. Não tem força pra segura um ferro não tem força pra pegar uma

ferramenta. O negocio é trabalhar, seja na área de solda de maçarico, mas não tem como trabalhar” (Mineiro).

Numa categoria formada, em geral, por pessoas de um baixo nível de escolaridade e que, portanto, têm nos serviços braçais e pouco qualificados seu mercado de trabalho, acidentes dessa magnitude deixam marcas nesses “corpos trabalhadores” estampando a nova condição, e fechando-lhes as limitadas portas:

“Porque se eu tivesse trabalhando era melhor, era muito melhor mesmo. Porque eu não tava dependendo de nada, não tava dependendo de ninguém, o meu serviço dava pra mim sobreviver. É isso aí. Eu gosto do serviço, eu gosto de trabalhar. Se eu tivesse como arrumar um serviço pra mim ainda, um serviço que desse pra mim trabalhar, eu ia trabalhar, entendeu? Mas não tem como, se eu for atrás eu tenho certeza que os caras não dão. Primeiramente se o cara olhar esse braço aqui, o defeito do braço, já nem pega. Inclusive tem essa perna aqui, o outro defeito é a perna, é que ela tá dura assim, eu tenho pra mim que não é por causa dos aparelhos não, o joelho também eu acho que atrofiou um pouco, por causa disso que a perna está dura, aí não dá. Queria poder voltar a trabalhar de novo” (Rodrigues).

O acidente incapacitante impede que esses homens mantenham uma relação que começou ainda na infância. Impede que o trabalho, atividade que desempenhava um papel central na vida destas pessoas, não mais ocupe este lugar. Esses homens, que construíram desde os primeiros anos de vida uma identidade de trabalhador, e para os quais o trabalho sempre foi uma fonte de dignidade, são privados desse título, são expulsos do mundo laboral. Uma atividade que, além de preencher um grande tempo de suas vidas, era um local privilegiado de socialização, onde se construíam relações de amizade.

“Se tivesse condição de trabalhar em alguma coisa, em outras coisas poderia até... dar jeito, mas se não tem condição. Quando você está trabalhando é bom. Conversa com um, bate papo com outro, as horas passam rápido. Ficando só em casa sentado... Estando trabalhando você tem uma coisa, tem outra. Chega em casa cansado, querendo dormir. E estando em casa

você não tem nem sono, se preocupa com uma coisa se preocupa com outra. (Mineiro).

Tais questões extrapolam o âmbito profissional propriamente dito. O acidente atinge outras dimensões da vida desses trabalhadores, para os quais a maioria dos prazeres e diversões tem como fundamento essencial um corpo saudável. Corpo que foi profundamente atingido. A auto-estima é, com isso, intensamente abalada. Até mesmo a atitude de preconceito, que passou a permear as relações estabelecidas e dificulta a obtenção de um novo emprego, é internalizada, como demonstra Carioca:

“Senti preconceito por mim mesmo. E tenho até hoje. E esteticamente também, tá, falando esteticamente e tipos de movimento, não consigo, entendeu? Você quer fazer certas coisas, fazer um exercício, procurar... Vamos dizer, se você tem um... escorrega, sua tendência é se apoiar, quer dizer, você já não consegue, você já tem que andar mais cauteloso, né? Você não pode andar toda hora correndo, jogar uma bola você não pode. Você fica fora dessa rotina. Eu fiquei muito chateado por causa disso. Eu gostava de jogar uma bola com os amigos, jogar vôlei e foi a parte que me deixou muito desanimado. [...] Te deixa cabisbaixo mas você procura fazer outra coisa. No caso aí eu... os colegas fizeram um negócio lá, montaram um aquário pra mim, e aquilo ali foi distraíndo. Você cuida de alguma coisa diferente. Seus amigos... Eu procuro não ir em campo de futebol” (Carioca).

A vida social se transforma e mesmo as atividades mais simples como um passeio na rua, dependendo da gravidade do acidente, podem tomar grandes proporções, privando-os de uma vida plena, ainda que em sua precariedade sócio-econômica:

“Eu tenho o maior medo do mundo. As vezes rapaz, eu quero dar uma volta, um passeio, eu tenho medo. Eu tenho medo de mim mesmo. Que eu to aqui, to conversando contigo, aí pensa que não dá aquela coisa [fezes], aí quando vem é igual um rio. Mas o médico falou que isso é devido a espinha. De vez em quando acontece isso” (Guarabira).

O próprio curso da vida sofre uma mudança significativa em que as perspectivas de futuro são alteradas diante da nova condição. As marcas do acidente não dizem respeito apenas às cicatrizes no corpo, são mais profundas. O sentimento de

incapacidade passa a permear as mais diferentes áreas das vidas desses trabalhadores, diferenciando-os e privando-os de seguir os caminhos antes considerados normais como casar, constituir uma família, etc.:

“As pessoas vão desenvolvendo, vão criando família. Dos colegas todinhos acho que até hoje o único que não tem família sou eu. Do restante todo... Não sei nem porque também. Acho que o motivo é saber, porque eu sei, né? Como é que eu vou ter família? Amparar a família? É meio complicado. Tratamento... Tem tempo mais pra tratamento visto que tem que cuidar de família e família tem que ter uma responsabilidade maior. Você correr atrás, você tá sempre trabalhando, não depender de INSS, saber que o mês que vem de repente o pagamento tá bloqueado, entendeu? É complicado” (Carioca).

A questão econômica é fundamental, posto que determina e/ou agrava os pontos já explicitados. O acidente, em maior ou menor grau, sempre resulta numa perda significativa na renda mensal destes trabalhadores. Mesmo os que continuam a receber integralmente o salário registrado na carteira de trabalho sofrem com as perdas referentes às horas extras, ao trabalho por produção e às demais formas de aumentar a produtividade propostas pelas empresas, que se traduziam num aumento expressivo dos rendimentos. Perdas de receita que atacam frontalmente a qualidade de vida:

“Me sinto assim um pouco apagado, porque você depende de tudo, mas de dinheiro você depende mais, se você tiver dinheiro pras coisas que você deve, que você tem que resolver é uma boa, mas se não tem... Tem que fazer isso não pode, tem que fazer aquilo não pode, tem que pagar aquilo, não dá. Às vezes falta alguma coisa, você depende de carne, porque arroz e feijão, isso é fácil, mas carne é muito pior, remédio, sempre tem alguém doente...” (Mineiro).

Atacam frontalmente seus objetivos de vida, o que os fizera lutar durante toda existência, abandonar amigos e familiares, migrar para uma outra região e ingressar na construção civil. O acidente incapacitante atinge de forma profunda essa luta por melhores condições para si e para seus familiares. Significa um retrocesso na qualidade de vida. Para alguns deles, devido aos direitos sociais adquiridos, o acidente causa muito sofrimento, mas não promove o reencontro com a fome, motivo maior da luta destes trabalhadores pela sobrevivência:

“Ô rapaz, o caso é o seguinte, eu vou falar a verdade pra você, eu me sinto... Hoje eu me sinto tristonho, o desgosto da minha vida é estar numa cadeira de rodas. Mas sobre a minha vida, graças ao meu bom Deus, não tem o que dizer. O sofrimento é meu, meu mesmo de pessoalmente. Mas sobre as coisas faltar, graças ao bom Deus nunca faltou não.[...] Sofri muito, rapaz, o sofrimento é triste. Mas sobre a minha vida de sobreviver pra comer graças a Deus, ta indo devagar” (Guarabira).

No caso dos trabalhadores informais, que infelizmente vêm crescendo numericamente no país, toda essa trajetória é agravada pela total desproteção social. Mais do que promover um retorno às condições precárias contra as quais estes sujeitos lutaram durante toda sua existência, os acidentes incapacitantes tiram-lhes a força de seus corpos, instrumento fundamental nesta luta e removem-lhes a esperança:

“Ih, caralho, é difícil demais. Você pagar o aluguel sem ter de onde tirar é a pior coisa do mundo. Pelo menos se eu já estivesse aposentado já tava tranqüilo, porque, pô, pelo menos tinha de onde tirar pra pagar meu aluguel. Mas eu não tenho de onde tirar... Até pensei em me matar, mas não tive coragem pra isso. Tive disposição pra isso, não. E vou vivendo aí, cara, até quando Deus permitir. Mas que é difícil é, você pagar aluguel, você ter que comer, você ter que vestir. Depois que eu sofri esse acidente, até hoje graças a Deus, ainda bem que eu... meu negócio mais era comprar roupa, entendeu? Que se não fosse, cara, aí eu tava andando nu. Durante esses quatro anos não comprei uma blusa porque não tenho dinheiro mesmo pra comprar nada, entendeu? Ainda bem que lá no hospital onde eu tava internado, a moça lá filha da enfermeira me deu uma porrada de roupa lá do marido dela, e aí virou tudo o que eu tenho, mas se fosse só as minhas mesmo já tinha se acabado e não sei mais como é que tava aí não, cara, porque se não tem de onde tirar nada, eu não tenho de onde tirar nada. Durante esses quatro anos que eu tô assim eu só recebi mesmo os quinze dias da firma e mais nada. O jeito é ir empurrando e... é horrível, mas... tem que viver, né?” (Maranhão).

A produção social do infortúnio

Em meio a essas trajetórias ocorrem os acidentes; mais que isso, é em decorrência dessas histórias que eles são produzidos e, simultaneamente, as modificam. Diante disso, o entendimento dos acidentes de trabalho deve assumir uma outra amplitude, não mais se restringindo aos muros fabris - ou aos tapumes do canteiro de obra - disseminando-se e imiscuindo-se pelas diversas dimensões e espaços da vida humana. As condições do ambiente e a organização do trabalho, as condições de transporte, alimentação, moradia dizem respeito a um determinado processo de produção e devem ser incluídas. Fundamentados nessas considerações devemos entrar em campo pensando que a saúde dos trabalhadores e, mais especificamente, os acidentes de trabalho não se restringem ao local onde se dá a produção. O processo de produção extravasa suas fronteiras, produzindo não apenas bens de consumo, mas também modos de ser no mundo (Marx, 1996).

“...as condições concretas de vida e de trabalho existentes são determinadas pela estrutura da divisão da sociedade em classes e se modificam dinamicamente no processo de desenvolvimento de uma dada sociedade [...] é a concretização das relações Capital/Trabalho num determinado momento e em uma formação social definida que produz o encadeamento de fatos e acontecimentos que definem e possibilitam a exposição diferenciada a fatores de riscos à saúde, de acordo com o lugar que ocupa na estrutura social (classes) e com a conjuntura política e econômica em que se vive” (Tambellini et al, 1986, p.6).

Não se deve pensar num “mundo do trabalho”, mas em “modos de produção” que não se restringem aos locais de trabalho, aos territórios onde as atividades laborais são exercidas, mas permeiam todas as experiências humanas. Os “modos de produção” são processos dinâmicos que abarcam tanto a forma como se trabalha quanto a forma como se vive. As suas transformações não dizem respeito apenas às mudanças nas relações e condições de trabalho, mas também às condições de vida e as relações que se estabelecem com o mundo.

Quando se menciona um operário da construção civil não se refere apenas a um trabalhador que exerce uma profissão, mas a alguém que se submete a determinadas condições de trabalho e que possui uma história peculiar: vem de determinada classe sócio-econômica, tem condição de vida determinada (mora num determinado tipo de

habitação, num bairro com determinada condição, em geral distante do local de trabalho, utiliza determinados meios de condução, etc.), possui certas formas de se comportar no trabalho, de resistir à exploração, de manter-se saudável e lidar com seus riscos.

Não é possível separar os modos de vida deste trabalhador do seu trabalho, posto que tais fatores se relacionam, se fundem, se atravessam e se conformam. O fato de os trabalhadores entrevistados nascerem em locais sem condições dignas de vida, as necessidades que passaram pela infância, a entrada precoce no mundo do trabalho, o imperativo à migração, a entrada na construção civil, o acidente e todas as dificuldades posteriores, são todos infortúnios resultantes do modo da produção da sociedade em que vivemos e se relacionam em maior ou menor grau.

A forma como eles se submetem às péssimas condições de trabalho e de habitação nos alojamentos, ao constante aumento das jornadas de trabalho - muitas vezes para mandar dinheiro para suas famílias nos locais de origem – também estão intimamente relacionadas com as características desta classe de trabalhadores. Um sujeito advindo das classes mais favorecidas financeiramente, por exemplo, possui uma probabilidade muito pequena de se acidentar na construção civil por um único motivo: ele tem muita pouca chance de vir a trabalhar na construção civil, a não ser em cargos de gerência.

Lucca (apud Lucca e Fávero, 1994) num estudo epidemiológico sobre os acidentes do trabalho, ao estimar o grau de risco de acidentes fatais por ramos de produção demonstrou como em alguns setores os trabalhadores correm um risco maior de morrer que em outros. “A densidade de incidência de 59,8 óbitos na construção civil contrapõe-se ao comércio varejista com 9,4 óbitos por 100 mil trabalhadores/ano” (Lucca e Fávero, 1994, p. 13). Diante disso quem trabalha na construção civil está mais sujeito ao infortúnio? Ou trabalhar na construção civil seria em si um infortúnio?

Como foi observado, constituíram-se socialmente redes migratórias e de agenciamento, que ainda se sustentam, ligando o setor da construção civil dos grandes centros do sudeste aos jovens de alguns estados pobres do nordeste. Não é sem razão que no Rio de Janeiro os trabalhadores do setor são chamados de *paraibas*. Muitas vezes, ir para a cidade grande trabalhar na construção civil é um futuro esperado, e em diversos casos desejado por famílias inteiras. Nesse sentido, nascer pobre no nordeste brasileiro, ser migrante no Brasil, seria um infortúnio?

Os trabalhos de Cohn et al (1985) e Costa (1981) apontam nesta direção quando, mesmo não se tratando de estudos epidemiológicos, mostram que a maioria dos

acidentes analisados, nas mais diversas áreas, tinha ocorrido com trabalhadores migrantes. Não podemos, entretanto, restringir estes infortúnios aos nordestinos, devemos ampliá-los para uma grande parcela da população pobre deste país. Este contingente que ocupa os postos de trabalho mais precários, que se submete às piores condições de trabalho e segurança, é o que mais sente as conseqüências dos acidentes.

Neste sentido, podemos falar de uma “propensão inicial desigual” ou de uma “propensão ao acidente”, não no sentido proposto por Hale & Hale ou Brow (Carmo et al., 1995), como algo interno ao sujeito. Há uma propensão inicial desigual na medida em que a classe social e o local de origem aumentam ou diminuem a probabilidade de submeter-se a determinados riscos profissionais; assim como podemos afirmar que trabalhadores de alguns setores da indústria possuem uma maior propensão ao acidente do que os de outros.

Da mesma forma é possível lançar mão de alguns dos termos utilizados nas diversas teorias de análise de acidentes de baseadas na noção de fator humano. Nenhuma análise pode ignorar os “conflitos internos” ou a “história pregressa” do acidentado, posto que são questões fundamentais. No entanto, estes não devem ser encarados como determinantes de traços de personalidade que imprimem no sujeito características que o levam a “cometer” um acidente. Conflitos internos como: decidir entre ficar com os familiares ou migrar em busca de melhores condições de vida; subir ou não numa estrutura metálica “neblinada” diante da ordem de um superior; fazer ou não horas-extras independentemente do cansaço físico; podem ser determinantes para o entendimento de um acidente.

Ao analisar os acidentes de trabalho, ou infortúnios do trabalho, é preciso levar em conta todos esses fatores. O acidente deve ser entendido como um acontecimento instantâneo, porém histórico, dinâmico, que vai sendo construído pelo engendramento de diversas determinações e sobredeterminações que, num dado momento, mediante uma conformação específica de forças, emerge. Deve-se considerar a história do acidente a partir das condições de trabalho (ambiente, organização e segurança), mas também a partir das condições e história de vida de suas vítimas, posto que estão intrinsecamente ligadas ao evento.

No entanto, as teorias sobre os acidentes de trabalho mantêm como eixo condutor a noção de causalidade e, como território de análise, o local de trabalho. Desde as mais simples – unicasais - em que o acidente é resultado de um único fator, estabelecido facilmente; às mais complexas - baseadas em análises multicasais - apoiadas em metodologias das mais variáveis, a partir das quais se apreendem os

diversos fatores que determinaram ou causaram o acidente de trabalho, os estudos restringem-se ao ambiente em que o trabalho é desenvolvido. As análises ignoram, em sua maioria, todas as variáveis externas ao ambiente, mas que são indissociáveis do trabalho em nossa sociedade.

Estas concepções desempenham um papel essencial em nosso país, marcado por prática securitária da previdência social, onde o estabelecimento dos nexos é fundamental para a obtenção dos benefícios aos quais o trabalhador tem direito. Além disso, a descoberta destes nexos possibilita o desenvolvimento de medidas preventivas que têm sido fundamentais para a segurança nos ambientes de trabalho. No entanto, quando tais estudos procuram estabelecer as cadeias causais arriscam-se a avaliar esta mesma lógica, da qual muitas vezes discordam e pretendem superar.

Um estudo realizado na Alemanha entre 1954 e 1956, por Neuloh, Graf et al (*apud* Faverge, 1975) nos mostra bem como as determinações imputadas aos acidentes se relacionam com o foco a partir do qual cada pesquisador lança seu olhar. Nesse estudo, as análises de 681 acidentes ocorridos em três fábricas daquele país eram realizadas por uma equipe multidisciplinar, formada por um técnico, um psicólogo, um médico e um sociólogo que apreciavam, separadamente, as causas dos acidentes. Percebeu-se então que em apenas 18,6% dos casos as causas atribuídas pelos diferentes especialistas foram coincidentes. No total foram 1828 diferentes causas para os acidentes em que cada profissional interpretava de acordo com seu referencial teórico.

Porque não pensar que todos estejam com a razão, técnicos, psicólogos, médicos, sociólogos? Há uma grande possibilidade de todas as 1828 causas apontadas nesse estudo estarem relacionadas com a ocorrência e mesmo assim as análises terem sido restritas, já que privilegiaram um determinado enfoque.

A questão principal relativa à atribuição da causalidade de um acidente é porque se elegem algumas delas e não as outras. Será que nosso conhecimento permite estimar qual causa foi mais ou menos determinante para a ocorrência de um acontecimento? Será que existe esta gradação de determinações na ocorrência destes acidentes?

As análises não podem deter-se nas causas imediatas dos acidentes, sob o risco de negligenciar uma série de mediações presentes no trabalho que contribuem para sua ocorrência. Por exemplo, quando se atribui à não-utilização dos equipamentos de segurança ou à má conservação de uma serra elétrica a causa do acidente restringe-se aos fatores imediatos, mas nega-se uma série de aspectos fundamentais para ocorrência do acidente como os motivos para não-utilização dos mesmos ou o fato de que o “modo

degradado de produção” é uma característica de alguns setores da indústria nacional. Muitas vezes o comportamento inseguro é atribuído sem o devido aprofundamento em relação às condições de vida e de trabalho dos empregados.

Uma noite mal dormida, devido a um tiroteio na favela em que mora, pode ser mais determinante para um acidente que uma serra em má condição de uso, com a qual o operário está acostumado a trabalhar. Mas será que isso é passível de quantificação? Isso desresponsabiliza a empresa que permitiu que a serra fosse utilizada em má condição?

Podemos pensar a produção dos acidentes de trabalho a partir da imagem de orquestração. Numa orquestra onde a música é composta na hora, sem maestro, sem solista, com número indeterminado de sons que variam durante todo tempo. Hora ou outra o som de algum instrumento sobressai e desaparece em seguida. Ainda que alguns instrumentos se destaquem, nenhum dos diversos sons consegue produzir separadamente, em sua intensidade, a música tocada pela orquestra. Os integrantes da orquestra nunca são os mesmos e a música nunca pode ser reproduzida.

O acidente emergiria, então, em meio à orquestração singular de diversos fatores; em meio a um diagrama de forças com uma configuração singular. Neste sentido, mesmo ocorrendo em grande número, cada acidente é um evento único - resultante de uma orquestração singular de fatores, que compreende todas as dimensões da vida humana: material, social, emocional, etc. - não sendo passível, portanto, de medições ou precisões quanto aos determinantes ou causas, e nem mesmo quanto aos seus efeitos.

Obviamente, alguns fatores influenciam mais e são mais claros que outros. Não queremos negar a existência de variáveis que contribuam mais que outras para ocorrência de um acidente. A questão é que ele não ocorre invariavelmente quando da presença dessas causas. O acidente muitas vezes depende da presença delas, mas também de uma série de outros elementos. Não basta ter uma serra elétrica em mau funcionamento para que o carpinteiro sofra um acidente. A presença da serra mal conservada é fundamental para que ele ocorra, mas muitas vezes os trabalhadores a utilizam por meses, anos, sem sua ocorrência. A serra é o determinante imediato e mais susceptível ao controle. É sobre ele que as políticas de segurança atingirão maior sucesso; mas não basta para explicá-lo, nem para prevê-lo.

O acidente de trabalho é, então, composto por diferentes fatores que se relacionam em diferentes níveis (social, tecnológico, individual, etc.). É um fenômeno múltiplo, propiciando a produção de diversos discursos para analisá-lo. A produção de

um novo olhar implica uma série de reformulações nos estudos sobre o tema. Como demonstrou o estudo de Neuloh, Graf, et al., diferentes olhares resultam em conclusões distintas. O acidente de trabalho é um objeto de análise plural e, devido a isso, é necessário que os diferentes pontos de vista se integrem, se fundam, para um entendimento mais amplo do acontecimento. Freitas e Porto (1997) afirmam que além da busca de uma abordagem interdisciplinar para a análise dos acidentes de trabalho, que integre abordagens técnicas e das ciências sociais, é fundamental o diálogo com os atores sociais - populações atingidas pelos riscos tecnológicos e, particularmente, os trabalhadores – e a incorporação de seus saberes para ampliar o entendimento sobre o tema.

As diversas explicações e análises sobre o acidente, relatadas pelos trabalhadores entrevistados, não podem ser desconsideradas mesmo quando num primeiro momento parecem contradizerem-se. São diferentes versões, diferentes pontos de vista que apontam para a multiplicidade de possibilidades do entendimento do acidente. Elas são restritas como todas as análises que se fundamentarem em apenas uma teoria, entretanto permitem o entendimento do acidente por um foco que nenhuma proposição científica pode desconsiderar: pelos olhos do próprio acidentado que carrega em seu corpo sua história de vida, as condições dos ambientes de trabalho pelos quais passou e as conseqüências do acidente.

Uma abordagem mais extensa sobre o objeto, que considerasse os diferentes ângulos desse acontecimento multidimensional, resultaria em melhores métodos de prevenção. Mesmo diante da impossibilidade de rastrear todas as determinações sobre o acidente, permitiria a produção de políticas de segurança que superassem as atuais, restritas ao comportamento do trabalhador durante a execução do serviço e/ou ao próprio ambiente de trabalho, negligenciando toda uma gama de fatores que o perpassa, mas que não se originam nele nem podem ser controlados a partir dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O fio da faca que esquarteja, ou tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rosto que preparam o solo para estes sinistros atos. Sem cara ou personalidades podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva.”

Luis Antonio Batista

A construção civil é um setor da indústria nacional paradigmático quando se discutem os acidentes de trabalho em virtude dos seus altos índices. Esta condição se dá em meio a uma realidade marcada por precárias condições de trabalho, na qual o “gerenciamento artificial do risco” é somado ao “modo degradado de produção”. Ou seja, às políticas ineficazes de segurança e às práticas de terceirização do risco, tal como explicamos, adiciona-se o trabalho realizado em ambientes insalubres, com equipamentos e maquinários inadequados e/ou mal conservados.

Por outro lado, apresenta-se ao longo da história recente uma série de transformações, tanto no âmbito legislativo quanto no teórico, nas concepções sobre os acidentes de trabalho no Brasil que os afastaram gradualmente das empresas. As diversas leis acidentárias se transformaram gradativamente, até atingir o estágio atual em que essa questão é intermediada pelo Estado, que muitas vezes ultrapassa a intermediação e funciona como um muro de contenção, o qual impede que empregados e empregadores entre em conflito. Simultaneamente, este mesmo Estado dificulta ao máximo a obtenção dos benefícios por parte dos trabalhadores. No tocante as análises sobre os acidentes, grande parte delas caminham em direção à culpabilização do acidentado.

Nesse contexto, insere-se uma mão-de-obra também com história peculiar. Formada em sua maioria por migrantes das mais pobres regiões do país, que ingressam no setor com pouca ou nenhuma qualificação anterior, essa massa de trabalhadores,

devido às características já explicitadas, submete-se às adversas condições de trabalho, de moradia e de vida.

A combinação desses fatores tem feito com que os índices de acidentes graves (fatais e incapacitantes) na construção civil se mantenham elevados. Como foi observado, os acidentes de trabalho na construção civil ocorrem em meio a uma rede de determinações de intensidades variáveis. Apesar de a combinação de forças que os gera ser singular, e cada acidente um acontecimento instantâneo, eles são resultado de um processo histórico. Muitos dos determinantes se relacionam com a história de vida do sujeito, outros com a história do próprio setor de produção, que possibilitou sua configuração marcada pelas más condições de trabalho, e alguns podem ser específicos do momento em que o acidente ocorre. O engendramento desses diversos fatores produzem o acidente.

Não obstante, o acidente não se restringe ao passado ou ao momento em que ocorre. Quando deixa seqüelas irreversíveis, como nos casos de acidentes incapacitantes, esses eventos desencadeiam uma nova fase na vida destes sujeitos, cujas marcas profundas vão acompanhá-los de forma intensa e determinar, até certo grau, o futuro destes sujeitos. Com isso, é fundamental perceber que ele possui uma história que deve ser compreendida em sua amplitude, que ultrapassa as determinações imediatas e se estende pela vida dos trabalhadores. O acidente então toma uma outra dimensão, não apenas técnica e temporal, mas também social.

Os diferentes relatos apresentados são histórias pessoais marcadas “desde sempre” por uma questão social característica. Histórias de vidas singulares que desde seu início possuem algumas “portas” fechadas, alguns caminhos que não poderão ser tomados e por outro lado outros caminhos que se escancaram, de forma imperativa, e determinam suas formas de vida. Nos casos aqui estudados no meio deste caminho havia um acidente, que abriu algumas direções a seguir e restringiu outras possibilidades de vida.

Essas histórias repletas de infortúnios não devem ser creditadas a pessoas ou situações delimitadas. Os acidentes não podem ser visto como restritos a esta ou aquela empresa, os acidentados não devem ser considerados vítimas de um patrão inescrupuloso, ou de um supervisor autoritário, mas como “vítimas do capital” (Conh et al. 1985). Ainda que diferentes empresas tenham condições de trabalho que propiciem ou não a ocorrência dos acidentes, deve-se perceber que vivemos numa sociedade que permite que essas distinções se mantenham. Vivemos numa sociedade que permite uma desigualdade social que obriga os mais pobres a submeterem-se a condições de trabalho

arriscadas, que avaliza um “modo degradado de produção”, que aceita a posição de “campeã dos acidentes de trabalho”, ainda que em alguns momentos se indigne ou que alguns tentem mudar essa concepção.

A busca da culpa, tão presente nas análises sobre os acidentes deve ser superada. Não adianta criarmos teorias mais amplas que desculpabilizem o trabalhador e transfiram a culpa ao empresário ou à chefia. A culpa personifica, individualiza uma questão que é eminentemente coletiva e, em geral, abate-se sobre a parte mais fraca, neste caso o trabalhador. A ampliação das análises é fundamental para melhorar as condições de vida e trabalho desses seres humanos, mas não definir culpa.

Não se pode dividir o mundo entre verdugos e inocentes, o que existe é um modo de produção compartilhado socialmente que produz uma série de mazelas, o acidente de trabalho é apenas mais uma delas. Isto não significa desresponsabilizarmos os empresários - tal qual ocorreu nas sucessivas legislações acidentárias brasileiras - ao contrário, buscamos exatamente fazer com que o empresariado seja responsável por todo e qualquer acidente de trabalho. A responsabilização do empresariado deve superar os julgamentos de valor, baseando-se no raciocínio de que se a ele pertence o bônus deste modo de produção, então, nada mais ético que o ônus seja dividido com ele.

Quando um empresário contrata um trabalhador, ele aluga sua força de trabalho, compra um determinado período da vida destes trabalhadores. Diante disso, ele deve responsabilizar-se por qualquer dano que esta força de trabalho venha a sofrer. Isto sob a própria lógica do Capital. Nestes termos caberia ao empresariado buscar meios para prevenir os danos à força de trabalho, ou arcar com as indenizações, que devem assumir valores que garantam uma vida digna a esses trabalhadores. Interessaria aos empregadores investir em pesquisas que garantissem a segurança dos trabalhadores, visto que isto, em termos econômicos, seria menos dispendioso - diferentemente do que ocorre hoje, que o acidente é menos custoso que a sua prevenção. O Estado sairia do lugar de intermediação da relação trabalhador x capital que assumiu, para desresponsabilizar o empresariado, e adotaria um papel de regulador e fiscalizador, garantindo aos trabalhadores a possibilidade de exercer sua cidadania.

Assim, ainda que não se garanta às centenas de Sebatiões, Severinos, Josés, Antônio e tantos outros a possibilidade de escolher os caminhos que bem entenderem durante suas vidas, poderíamos atenuar suas caminhadas; e se, mesmo assim, no meio do trajeto, eles se depararem com um acidente, que possam cumprir sua jornada, ao menos, com mais dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHAIDE, M. R. C. de, 1996. *Gestão de coletivos de trabalho e modernidade: questões para a engenharia de produção*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BARROS, Mercia M.S.B., 1996. *Metodologia para implantação de tecnologias construtivas racionalizadas na produção de edifícios*. Tese de Doutorado, São Paulo: Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- BORSOI, I. C. F. , 2002. Os sentidos do trabalho na construção civil: o “esforço alegre” sem a alegria do esforço. In: *Saúde Mental e Trabalho: Leituras*. (M. da G. JACQUES & W. CODO, org.) Rio de Janeiro: Vozes.
- CARMO, J. C., ALMEIDA, I.M., BINDER, M.C.P. & SETTINI, M.M., 1995. Acidentes de trabalho. In: *Patologia do trabalho*. (R. MENDES, org.) pp. 454. Rio de Janeiro: Atheneu.
- COHN, A., HIRANO, S., KARSCH, U. S. & SATO, A. K., 1985. *Acidentes de trabalho: uma forma de violência*. São Paulo: Editora Brasiliense/ CEDEC.
- COSTA, M. R. da, 1981. *As vítimas do Capital: os acidentados do trabalho*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- DWYER, T., 1991. *Life and death at work: industrial accidents as a case of socially produced error*. New York and London: Plenum Press.
- DWYER, T., 1994. Uma concepção sociológica dos acidentes de trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. 81: 15-19.
- DWYER, T., 2000. A produção social do erro – o caso dos acidentes ampliados. In: *Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e prevenção* (C. M. FREITAS, M. F. S. PORTO & J. M. H. MACHADO org.), p. 107-126, Rio de Janeiro: Fiocruz.
- FAVERGE, J. M., 1975. *Psicosociologia de los accidentes del trabajo*. México: Editorial Trillas.
- FERREIRA, A. B. de H., 1986. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Ed. Nova Fronteira.
- FISCHLOWITZ, E., 1965. *Principais problemas da migração nordestina*. Rio de Janeiro: MEC/ Serviço de Documentação.
- FLOHIC, A. 1987. O processo capitalista de produção na construção civil: o caso de Belém. *Proposta: experiência em educação popular*. 33.

FREITAS, C. M. de & PORTO, M. F. de S. 1997. Análise de riscos tecnológicos ambientais: perspectivas para o campo da saúde do trabalhador. *Cadernos de Saúde Pública*, v.13, supl.2, p.59-72.

INSS. *Anuário estatístico da Previdência Social 2001*. 18 de novembro de 2001 < http://www.inss.gov.br/12_01_03_01.asp>.

JOUTARD, P. 2000. Desafios à história oral do século XXI. In: *História Oral: desafio para o século XXI*. (M. de M. FERREIRA, T. M. FERNANDES & V. ALBERTI, org.) Rio de Janeiro: Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getulio Vargas.

LIEBER, R. R., 1998. *Teoria e Metateoria na investigação da causalidade: o caso do acidente de trabalho*. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

LUCCA, S. R. e Fávero, M., 1994. Os acidentes do trabalho no Brasil: algumas implicações de ordem econômica, social, e legal. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. 81: 7-13.

MACHADO, J. M. H & MINAYO-GOMEZ, C.,1995. Acidentes de trabalho: concepções e dados. In: *Muitos Brasis: saúde e população na década de 80* (M. C. MINAYO, org.), pp.117-142. . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.

MACHADO, J. M. H., PORTO, M. F. de S. & FREITAS, C. M., 2000. Perspectivas para uma análise interdisciplinar e participativa de acidentes (AIPA) no contexto da Indústria de Processo. In: *Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e prevenção* (C. M. FREITAS, M. F. S. PORTO & J. M. H. MACHADO org.), pp. 49-82, Rio de Janeiro: Fiocruz.

MARX, K., 1996. Introdução: à crítica da economia política. *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural.

MELO, M. C. G de. , 1991. *Contribuição ao Estudo dos Acidentes de Trabalho na Construção Civil*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MINAYO, M. C. de S., 1986. Os construtores da cidade. Rio de Janeiro: FASE.

MINAYO, M. C. de S., 1987. Olhando através dos andaimes e tapumes. *Proposta: experiência em educação popular*. 33.

MINAYO, M. C. de S., 2000. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.

- MINAYO-GOMEZ, C., 2000. *Precarização do trabalho e seus impactos para a saúde*. Projeto integrado de pesquisa. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- MINAYO-GOMEZ, C. e THERDIM-COSTA, S.M. F., 2001. *Reestruturação produtiva e novas formas de sociabilidade*. Rio de Janeiro (in mimeo)
- NEVES, E., BRITO, F. B. de, TALARICO, F. , LIMA, L.F.S., MOURA, R., LOPES, S. e RIBEIRO, S. *O NEHO e a experiência de pesquisa em história oral*, 18 de novembro de 2001 <<http://www.fflch.usp.br/dh/neho/temporales.htm>>.
- NORIEGA, M., 1993. Organización Laboral, Exigencias y Enfermedad. In: Investigación sobre la salud de los trabajadores. (A. C. LAURELL, org.) Washington: OPS, Série Paltex.
- PAIVA Jr., M., 1976. Fatores humanos dos acidentes de trabalho e campo de ação da psicologia ocupacional. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 15: 12-19.
- PAIXÃO, M & FIGUEIREDO, M., 1997. A vanguarda do atraso: os riscos da precarização do trabalho no Brasil. *Revista Proposta*, 75: 6-23.
- PINTO, A. A., 1996. *Navegando o espaço das contradições: a (re)construção do vínculo trabalho/saúde por trabalhadores da construção civil*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PORTELLI, A., 2000. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: *História Oral: desafio para o século XXI*. (M. de M. FERREIRA, T. M. FERNANDES & V. ALBERTI, org.) Rio de Janeiro: Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getulio Vargas.
- POTENGY, G. F., 1980. O processo de inserção do migrante na sociedade urbano industrial. In: *Migração interna: Textos selecionados*. (H. A. MOURA, Coord.) Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- QUEIROZ, M. I. P., 1991. *Variações sobre o uso do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- SINGER, P., 1973. O caráter histórico das migrações internas. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Edições Cebrap/ Brasiliense.
- SILVA, C. A. D., ROCHA, L.E., GIANNASI, F. & PARAGUAY, A. I. B. B. , 1993. Construindo o progresso. In: *Isto é trabalho de gente? vida, doença e trabalho*. São Paulo: Vozes.
- SOUZA, N. H. B., 1983. *Construtores de Brasília*. Petrópolis: Vozes.
- VALLADARES, L. P. et al. 1981. *O processo de trabalho e a formação profissional na construção civil*. Rio de Janeiro: IESAE/ FGV.

VARGAS, N., 1981. Construção Habitacional: um “artesanato de luxo”. *Revista Brasileira de Tecnologia*. 12.

TAMBELLINI, A. T. et al. , 1986. Política Nacional de saúde do trabalhador: análises e perspectivas. I *Conferência Nacional De Saúde Do Trabalhador*. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz

THOMSON, A., 2000. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: *História Oral: desafio para o século XXI*. (M. de M. FERREIRA, T. M. FERNANDES & V. ALBERTI, org.) Rio de Janeiro: Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getulio Vargas.